

Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 13 de agosto de 2024

EDIÇÃO 25.142

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50
1 8 1 0 1 9 3 2 1 6 6 0 2

Governo do Estado vai melhorar o acesso rodoviário a Brumadinho

ECONOMIA Executivo investirá cerca de R$ 350 milhões na recuperação e duplicação da MG-040 e restauração da MG-155

Para melhorar o acesso a Brumadinho, na RMBH, por meio da BR-381, o governo de Minas vai investir cerca de R$ 350 milhões na recuperação e duplicação da MG-040 e na restauração da MG-155 e duplicação da estrada ou construção de uma nova rodovia que chegue até à Fernão Dias. A intervenção, anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo), deverá beneficiar diretamente também os municípios de Mário Campos e Sarzedo. Os recursos são provenientes do Acordo Judicial de Reparação pelo rompimento da barragem da Vale, em 2019.

De acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), o edital de licitação para contratação da empresa responsável pela elaboração do projeto de engenharia será publicado amanhã. Os estudos vão definir se a MG-155 será duplicada ou se será construído outro traçado até a BR-381.

Ao mesmo tempo, o governo licitará as obras de recuperação do pavimento da MG-155 e implantação de uma terceira faixa. O processo deve ser concluído neste ano. O começo das intervenções está previsto para 2025, com duração estimada de 12 a 16 meses. Já para 2026, a expectativa do DER é licitar e iniciar a duplicação do trecho de Brumadinho à BR-381. PÁG. 5



Recursos do Acordo da Vale serão utilizados na otimização da infraestrutura rodoviária entre a BR-381 e Brumadinho FOTO: LUIZ SANTANA / ALMG

Bares e restaurantes seguram preços para não perder os clientes

Os bares e restaurantes da RMBH ainda não repassaram o aumento médio nos preços de 3,01% de alimentos e bebidas no acumulado do ano para os consumidores. A inflação da alimentação fora do domicílio ficou em 2,83% no período, segundo o IPCA. A presidente da Abrasel/MG, Karla Rocha, afirma que os empresários estão trabalhando com uma margem de lucro menor para não perder os seus clientes. PÁG. 3



Os bares e restaurantes da RMBH trabalham com uma margem de lucro menor para não repassar a inflação FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Mercado imobiliário registra aumento nas vendas em Belo Horizonte no 1º semestre

As vendas de imóveis residenciais, comerciais, novos e usados cresceram 2,4% em Belo Horizonte de janeiro a junho frente ao mesmo período de 2023, aponta a pesquisa da CMI/Secovi-MG. O aumento no valor médio comercializado chegou a 6%. Já as vendas de apartamentos, responsáveis por 76% do mercado da Capital, subiram 5,8% nos primeiros seis meses deste ano. PÁG. 12

ANM decide retirar 26 municípios mineiros da Cfem-estruturas

A ANM excluiu 26 cidades mineiras da lista provisória de municípios afetados pela produção de minério de ferro, aptos a receber a chamada Cfem-estruturas. A lista é referente à compensação a ser recolhida entre maio de 2024 e abril de 2025. Na RMBH, além da Capital, Caeté, Ibirité, Juatuba, Mário Campos, Sabará, São Joaquim de Bicas e Sarzedo perderam o benefício financeiro. PÁG. 4



Caeté é um dos oito municípios da RMBH que foram excluídos pela Agência Nacional de Mineração da Cfem-estruturas FOTO: RICARDO BARBOSA / ALMG



As vendas de apartamentos cresceram 5,8% entre janeiro e junho na capital mineira FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE

Mineradoras adotam práticas sustentáveis PÁG. 9

Casas fabricadas são montadas em 48 horas PÁG. 11

Projeto busca regulamentar jogos eletrônicos em BH PÁG. 13

ARTIGOS

EDITORIAL

Evidenciado o esgotamento dos recursos públicos, entendeu-se, de início na órbita federal, que os investimentos necessários para ampliação e conservação da infraestrutura, principalmente de transportes terrestres, poderiam ser bancados a partir do modelo de concessões. Uma aposta muito alta e que cabe na conta daquelas que não deram certo. Eis o que deve ser concluído a propósito do recente anúncio de que o governo federal decidiu rever, para renegociar, contratos de metade das concessões de rodovias no País. A ideia é, primeiro, tentar resolver pendências com as concessionárias que já estão em operação para só depois desse movimento, se for o caso, oferecer esses contratos a novas operadoras e investidores. PÁG. 2

DÓLAR DIA 12	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4950	R$ 5,4960
TURISMO	R$ 5,5360	R$ 5,7160
PTAX (BC)	R$ 5,4905	R$ 5,4911

EURO DIA 12	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,9995	R$ 6,0007

OURO DIA 12	
NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.472,26
BM&F (g)	R$ 434,03

TR dia 13	0,0670%
POUPANÇA dia 13	0,5673%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA	06/08	07/08	08/08	09/08	12/08
	+0,80	+0,99	+0,90	+1,52	+0,38



OPINIÃO

Democratização de dados



Sérgio Lopes Cabral
Diretor-presidente da Codemge

Minas Gerais, esse solo rico em histórias e minérios, sempre foi protagonista na mineração mundial. Agora, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemge traz uma mudança revolucionária para o setor ao anunciar a disponibilização gratuita dos levantamentos aerogeofísicos do Estado para instituições acadêmicas e mineradoras. Mas o que isso realmente significa? Estamos falando de algo que é muito mais do que uma abertura de dados; é uma sacudida no status quo. Minas está dizendo ao mundo que o conhecimento aqui é um mineral precioso, uma moeda forte.

Vamos refletir um pouco sobre o que são esses tais levantamentos aerogeofísicos: imagens e dados capturados por aeronaves que sobrevoam terrenos a baixas altitudes e revelam os segredos do nosso solo. Antes, esses dados custavam uma pequena fortuna – R$ 300 mil, para ser exato – e estavam fora do alcance de muitos que poderiam transformá-los em inovação e progresso. Agora, estão acessíveis para aqueles que querem pesquisar, desenvolver e explorar de forma sustentável.

Os minerais ajudam a alimentar o mundo. Presentes em tudo, do concreto que nos abriga até as tecnologias que nos conectam. Minas, com sua produção gigantesca de minério de ferro – mais de 300 milhões de toneladas por ano, responde por cerca de um terço de toda a produção mineral do País. Somos o maior produtor de zinco, ouro, fosfato, grafita, lítio e calcário, responsáveis pela extração de 75% de todo o nióbio do mundo. Impactante, não é mesmo?

Ao democratizar o acesso a esses dados, o Estado não apenas reforça sua posição de líder; pavimenta o caminho para um novo tipo de mineração – uma mineração sustentável, inovadora e profundamente integrada ao conhecimento científico. Imagine o impacto enorme disso para o mundo? Pense no exemplo que estamos dando e no novo paradigma que podemos fomentar globalmente.

Instituições acadêmicas poderão desenvolver pesquisas com uma base de dados sólida e precisa. Mineradoras poderão identificar locais de maior potencial com eficiência e responsabilidade. E o resultado? Um ciclo de inovação e desenvolvimento econômico, uma história de crescimento sem oposição à conservação ambiental, mas em harmonia com ela.

Essa iniciativa, feita em parceria com o Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Serviço Geológico do Brasil - SGB, é um exemplo claro de como a colaboração entre academia, governo e setor privado pode gerar resultados extraordinários. No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, a demanda por pesquisa mineral sobre o lítio – o "mineral do futuro" – tem crescido exponencialmente. Os dados aerogeofísicos gratuitos podem subsidiar políticas públicas e projetos que transformarão essa região em um polo de desenvolvimento sustentável.

Estamos mostrando ao mundo que a verdadeira riqueza está na maneira como utilizamos esses recursos para construir um futuro mais justo e sustentável. É um novo e promissor capítulo que se abre. Uma revolução onde o conhecimento é o maior "mineral" a ser explorado. %,

A polêmica do *home office*



Fabio Seixas
CEO e fundador da Softo

Em meio à pandemia, o home office tornou-se uma realidade para milhões de trabalhadores ao redor do mundo. O modelo, que vinha ganhando espaço antes da crise sanitária, foi adotado em larga escala e, para muitos, se mostrou eficiente, já que perpetua até os dias de hoje. A discussão sobre a continuidade do trabalho remoto tem gerado polêmica entre empresários e trabalhadores, mas, considerando as evidências, o formato não se mostrou somente uma alternativa, mas sim um benefício para o futuro do trabalho.

A flexibilidade proporcionada pelo home office é um dos principais pontos a favor desse modelo. Ao eliminar a necessidade de deslocamento diário, os funcionários ganham mais tempo para si mesmos, para suas famílias e outras atividades. O equilíbrio entre vida pessoal e profissional impacta diretamente na saúde mental e no bem-estar dos colaboradores, que conseguem cumprir suas demandas com maior desempenho. O que é melhor para uma corporação do que um profissional engajado?

O trabalho remoto também é um parceiro importante no aspecto da inclusão. Permitindo que especialistas de diferentes regiões atuem em uma mesma empresa, é possível ampliar as oportunidades de contratação e promover a diversidade. Com a alta nas discussões de ESG, essa é uma maneira de promover práticas sustentáveis, colaborando com a reputação do negócio no mercado e abrindo portas para pessoas experientes.

É preciso reforçar que a implementação do formato também demanda adaptações por parte das organizações. Estabelecer políticas claras, definir horários de trabalho, metas e prazos, para garantir o cumprimento das tarefas é fundamental. Já os investimentos em tecnologia e segurança da informação são essenciais para proporcionar as ferramentas necessárias ao time e certificar que os dados da empresa estejam protegidos.

Falando sobre a mobilidade urbana, o home office ainda ajuda a reduzir o tráfego nas cidades e contribui para a diminuição da poluição e dos congestionamentos. As vantagens vão para nós e também para o meio ambiente. É incoerente tirar uma possibilidade, mesmo que pequena, de ajudar o planeta, levando em consideração o momento em que se encontra o ecossistema.

A resistência de alguns empresários em relação ao trabalho remoto muitas vezes está relacionada a uma cultura de controle e presença física como sinônimos de produtividade. A pandemia comprovou muitas teorias e uma delas é que é possível manter o desempenho mesmo a distância, desde que haja confiança, comunicação eficiente e processos bem estruturados. O relatório da Pulse Of The Profession 2024 do Project Management Institute (PMI) indicou que 73,2% dos profissionais são eficientes neste regime.

Sendo assim, os líderes precisam estar abertos ao diálogo e dispostos a avaliar as necessidades de suas equipes. Isso não é uma tendência e sim uma obrigação. O futuro do trabalho é flexível, mas cabe às empresas se adaptarem a essa realidade, criando ambientes que valorizem a autonomia e a qualidade de vida dos colaboradores. Quanto antes o formato remoto for aceito como uma oportunidade de evolução, em vez de resistência a uma mudança inevitável, melhor será. %,

EDITORIAL

Concessões sob dúvidas

Evidenciado o esgotamento dos recursos públicos, entendeu-se, de início na órbita federal, que os investimentos necessários para ampliação e conservação da infraestrutura, principalmente de transportes terrestres, poderiam ser bancados a partir do modelo de concessões. Foi uma aposta alta e, em alguns momentos, muito festejada. Acreditava-se que por esse caminho seria possível cobrir as carências existentes e, mais, atrair investimentos que teriam impacto também na oferta de empregos e na própria movimentação da economia. Uma aposta muito alta e que cabe na conta daquelas que não deram certo.

Eis o que deve ser concluído a propósito do recente anúncio de que o governo federal decidiu rever, para renegociar, contratos de metade das concessões de rodovias no País. A ideia é, primeiro, tentar resolver pendências com as concessionárias que já estão em operação para só depois desse movimento, se for o caso, oferecer esses contratos a novas operadoras e investidores. Entende-se, em Brasília, que problemas na área se tornaram mais contundentes a partir de 2016, como resultado da contração da economia e, adiante, dos impactos da pandemia. Também há o entendimento de que o modelo adotado, que privilegiou tarifas mais baixas em detrimento da capacidade de investimento, ajudou a comprometer a sustentabilidade de todo o processo, além da própria atratividade do negócio proposto.

Mantido o entendimento, nas circunstâncias, de que o modelo de concessões pode assegurar a atração de capitais que banquem manutenção e ampliação da malha rodoviária, assim como a ferroviária onde os questionamentos parecem ser menos contundentes, é realmente preciso rever as práticas adotadas com a necessária dose de realismo. Cabe também, no entanto, apurar com mais cuidados e transparência o que realmente aconteceu para adequado entendimento do que foi efeito, do que deixou de ser feito e, sobretudo, para chegar ao balanço da movimentação financeira das empresas envolvidas e que alegam não ter tido condições de honrar os contratos que firmaram com o poder público.

Cabe sim remendar o que estiver errado, é preciso garantir a segurança dos contratos e o retorno em bases atraentes. Tudo isso, no entanto, com absoluta transparência e sem margem para dúvidas de um ou de outro lado. Mais ainda, sem que possam ser abertos espaços para questionamento dos usuários, aqueles q ue verdadeiramente financiam todo o processo, esperando em troca adequada prestação de serviços. Tão simples quanto elementar. %,

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À

ANJ Associação Nacional de Jornais

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



Bares e restaurantes devem ficar mais caros

INFLAÇÃO **Setor na capital mineira ainda não conseguiu repassar integralmente o aumento nos custos de seus insumos**



Dados do IPCA apontam que alimentação fora do lar aumentou 2,83% neste ano na RMBH FOTO: BRUNO WERNECK / ANDRADE COLABORATIVO

JULIANA SODRÉ

Os empresários de bares e restaurantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) ainda não repassaram para o consumidor a inflação dos principais insumos do setor, que é alimentação e bebidas. Enquanto o grupo dos insumos registrou alta no acumulado do ano em 3,01%, a inflação de alimentação fora do domicílio (bares e restaurantes) foi de 2,83%.

Os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) foram divulgados na última sexta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mostram que no acumulado de 12 meses o cenário se repete. Enquanto alimentação e bebidas apresentaram alta de 5,27%, bares e restaurantes registraram inflação de 4,64% na RMBH.

"Eles (empresários) optam em absorver parte dos custos adicionais mesmo que isso resulte na redução da lucratividade"
Karla Rocha

A explicação da Associação Brasileira de Bares e Restaurante – regional Minas Gerais (Abrasel/MG) é que os empresários estão optando por trabalhar com uma margem de lucro menor a repassar o aumento a ter como possibilidade a fuga dos clientes para a concorrência. "Eles optam em absorver parte dos custos adicionais mesmo que isso resulte na redução da lucratividade", avalia a presidente da Abrasel/MG, Karla Rocha.

Na avaliação do economista da Suno, Guilherme Almeida, o setor é muito reagente a preços e os comerciantes tomam outras medidas antes de repassar a inflação para o consumidor final. "O empresário, principalmente do ramo alimentício, adota diversas ações e economia de custos antes de aumentar o preço dos seus produtos. Ele adequa a matriz de insumos, troca de fornecedores, por exemplo. Isso porque ele corre o risco desse consumidor substituí-lo por um concorrente", avalia.

A prática é realizada no bar Seu Buriti, no bairro Buritis, na região Oeste de Belo Horizonte. A casa de carnes vem registrando uma média de 40% a menos nas vendas nos últimos meses e tem trabalhado com uma margem de lucro menor para não perder a clientela.

O proprietário do Cabernet Butiquim, na Savassi, região Centro-Sul da Capital, Pablo Teixeira, comenta que a variação de preço dos insumos é muito constante no setor e, por isso, ele foca em acompanhar a variação dos vinhos, que é o carro-chefe da casa comercial. "Há muita variação nos produtos, não dá para acompanhar. Por isso, foco nos vinhos que variam muito com a variação da taxa cambial. E quando precisa, repassamos. A gente acaba ficando mais atento à concorrência mesmo", diz.

Negociação - Rafael Minoro, proprietário do bar Nada Contra, no bairro Funcionários, também na região Centro-Sul de Belo Horizonte, diz que chegou a negociar com os fornecedores para conseguir manter a margem de lucro até o período do reajuste anual que pratica. "Costumo reajustar anualmente no verão, um pouco antes das festas de final de ano. Estamos tentando manter essa prática, antes de repassar os valores", comentou.

Dados de julho sinalizam repasse

Apesar dos números no acumulado do ano, quando observados os índices mês a mês, desde março a inflação de bares e restaurantes já supera a dos insumos. No mês de julho, por exemplo, enquanto a inflação da alimentação fora de casa registrou alta de 0,52%, acima do índice geral do mês que foi de 0,26%, o grupo de alimentos e bebidas registrou deflação de 1,37%.

O economista Guilherme Almeida explica que, de fato, há um indício desses repasses, mas que eram esperados ainda em função das consequências da pandemia. "De fato já há um indício para esse repasse, quando a gente olha, principalmente, o período de pandemia, o setor de alimentação fora do lar, restaurantes, bares, lanchonetes, foi o que junto com a hotelaria os que mais sentiram. E, agora, eles começam a restabelecer suas margens de lucro. É um repasse natural e que já era esperado", analisa.

Dados divulgados pela Abrasel/MG na semana passada mostraram que apenas 34% dos estabelecimentos operam em equilíbrio. De acordo com os números, a maioria dos estabelecimentos do Estado, 55%, ainda está operando sem lucro. E que destes, 21% tiveram prejuízo em julho. Além disso, quase a metade dos bares e restaurantes, 41%, estão com dívidas em atraso.

"O setor enfrenta dificuldades financeiras significativas em um cenário delicado com os consumidores muito sensíveis a aumentos de preços. O momento é extremamente complexo. A combinação de inflação, redução de margem de lucro e a necessidade de inovar em um ambiente econômico desafiador, torna a gestão dos negócios ainda mais complicada", relata a presidente da Abrasel/MG, Karla Rocha.

Outro desafio apontado por Karla Rocha é a questão da mão de obra. "Os custos aumentaram e com a pressão para ajustar os salários e a escassez de profissionais qualificados, as despesas operacionais cresceram. Esse aumento dos gastos com o pessoal adiciona uma camada extra de dificuldade já na complexa gestão financeira dos bares e os restaurantes", concluiu. **(JS)**



Karla Rocha: setor registra também alta no custo da mão de obra FOTO: ALESSANDROCARVALHO / ABRASEL-MG

CARREIRA EM FOCO



DAVID BRAGA

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @ davidbraga | @prime.talent

Você precisa se provar em 90 dias no emprego

Caso você tenha mudado recentemente de empresa ou está em vias de começar em um novo emprego, é importante saber que essa primeira fase na organização é primordial para o êxito profissional. O período de experiência, ou seja, os primeiros três meses, é uma fase importante e algumas questões precisam ser ratificadas.

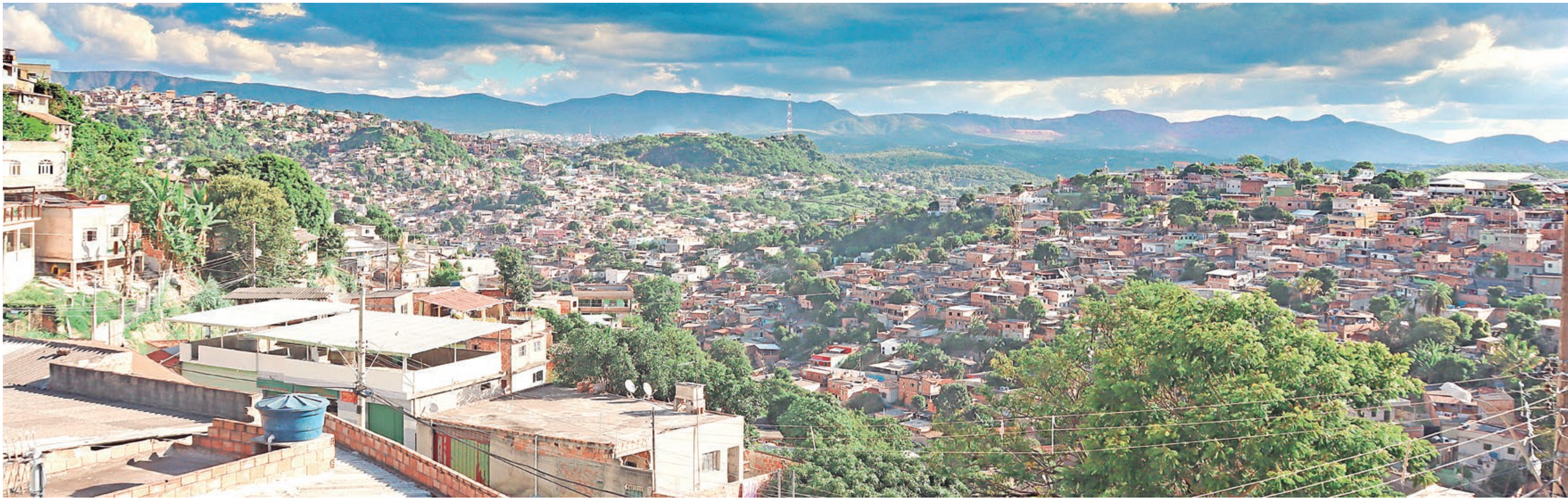
É importante lembrar que o processo de mudança demandará um tempo de adaptação à nova cultura, aos novos processos, novas pessoas e tramas corporativas. Tenha certeza de que os primeiros 90 dias serão intensos, com muitos desafios, oportunidades e algumas inseguranças.

A minha sugestão é que você use esse tempo para se aprofundar no entendimento dos processos, pessoas e cultura da organização. Sobretudo, gerencie sua ansiedade, afinal de contas, será muita informação nova e é preciso dar tempo ao tempo e mostrar seus resultados, afinal, é para isso que você foi contratado(a).

No livro "Os Primeiros 90 dias – Estratégias de Sucesso Para Novos Líderes", de Michael Watkins, ele aborda algumas estratégias que podem causar impacto positivo já nesse período de chegada na empresa. Acelerar o aprendizado e diminuir a curva de adaptação deve ser a meta nas suas primeiras semanas, buscando entender os diversos públicos envolvidos para a entrega dos seus resultados. Quanto mais conhecimento e informação sobre o mercado e o setor em que você trabalha, melhor. Fortaleça também seu networking, gerencie suas expectativas e as da empresa e tenha uma escuta ativa!

Para este sucesso profissional, tenha também muita atenção quanto à sua organização, uma vez que pessoas organizadas são mais produtivas. Existem diversos motivos que podem influenciar o aumento da produtividade, porém a organização é um dos principais. Ser organizado tem relação com o bom planejamento do nosso dia, o que significa estabelecer prioridade para as tarefas e fazer tudo aquilo de que realmente precisa, evitando distrações e esquecimentos. Para conseguir cumprir esse objetivo, é importante abandonar alguns comportamentos, como a preguiça e a procrastinação.

A pessoa organizada, usualmente, também é a mesma que chega sempre na hora acordada aos seus compromissos e entrega suas demandas dentro dos prazos, pois se planeja com antecedência. Lembre-se de que você está, a todo momento, sendo observado por pares, líderes ou liderados e construindo sua imagem profissional. Eu, como headhunter, dificilmente vejo uma pessoa desorganizada ter muito êxito profissional.


Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é uma das cidades que está na lista provisória divulgada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Resolução da ANM retira 26 municípios de MG da Cfem

MINERAÇÃO Lista provisória é de cidades afetadas pela produção de minério de ferro, que recebem a chamada Compensação Financeira pela Exploração Mineral-estruturas

MARCO AURÉLIO NEVES

A Agência Nacional de Mineração (ANM) retirou 26 cidades de Minas Gerais da lista provisória de municípios afetados pela produção de minério de ferro, aptos a receber a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) por serem afetados por estruturas de mineração, a chamada Cfem-estruturas.

A lista é referente à compensação a ser recolhida entre maio de 2024 e abril de 2025. As prefeituras das cidades que foram retiradas pela agência tinham até ontem (12) para recorrer em 1ª instância. Após a publicação da lista definitiva, não há mais possibilidade de recurso.

A resolução da ANM é baseada no Decreto 11.659, do Ministério de Minas e Energia (MME), que define o recebimento da Cfem para municípios afetados por "estruturas de mineração que viabilizem o aproveitamento industrial da jazida, tais como pilhas de estéreis ou de rejeitos, usinas de beneficiamento, bacias de rejeitos, entre outras estruturas previstas no Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) ou documento equivalente".

O entendimento da agência sobre a Cfem-estruturas é que, agora, não basta que a cidade somente tenha uma estrutura de mineração no seu território, mas que o equipamento tenha sido de fato utilizado para a produção minerária durante o ano-base do ciclo de distribuição. Para isso, é necessário que a mineradora tenha declarado a utilização. Foram excluídas do cálculo da Cfem pela ANM as estruturas de mineração para os quais os processos minerários ou substâncias não foram informados.

Assim, em relação à última lista de municípios beneficiários da Cfem por serem afetados por estruturas de mineração, a ANM retirou as seguintes cidades em Minas Gerais: na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), foram excluídas a própria Capital, além de Caeté; Ibirité; Juatuba; Mário Campos; Sabará; São Joaquim de Bicas e Sarzedo.

Na região Central do Estado, saíram da lista da ANM as cidades de Bela Vista de Minas, Catas Altas, Rio Piracicaba; na região do Médio Espinhaço, os municípios de Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto

Por fim, as cidades de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço; Jeceaba, no Alto Paraopeba; Nazareno e São Tiago, no Campo Vertentes; Oliveira, no Alto do Rio Grande; Pedra do Anta, na Zona da Mata; Piracema, no Centro-Oeste mineiro, além de Virginópolis, no Vale do Rio Doce, também deixarão de receber a Cfem relativa às estruturas de mineração do ciclo 2024/2025.

Algumas cidades em Minas que têm produção mineral podem ter sido excluídas pela ANM da lista da Cfem-estruturas, pelo fato de terem direito ao recebimento como município produtor. A cidade considerada produtora no processo de mineração somente poderá receber a Cfem como município afetado, se o valor devido na condição de afetado for superior ao apurado na condição de produtor. %

"A lista é referente à compensação a ser recolhida entre maio de 2024 e abril de 2025, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM)"

SETOR AEROVIÁRIO

BH Airport completa 10 anos de gestão

RODRIGO MOINHOS

A concessionária BH Airport completou ontem (12) exatamente uma década à frente da gestão do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins. Nestes últimos dez anos, cerca de R$ 1,3 bilhão foi investido em obras – como o novo terminal, que ampliou a capacidade de 10 milhões para 32 milhões de passageiros no período. E a previsão para os próximos cinco anos é de que o aeroporto receba novos aportes entre R$ 150 milhões e R$ 300 milhões, com parte do montante destinado para melhorias no terminal de passageiros 1.

Hoje, quem viaja pelo BH Airport, aproveita a infraestrutura de um dos maiores *hubs* de conexão do Brasil. "A primeira década de gestão da concessionária foi também uma das mais desafiadoras do setor aeroportuário, quando passamos pela maior recessão registrada no País, em 2016, e uma das maiores crises sanitárias da história, em 2020. Mas, ainda assim, o terminal mineiro superou o cenário negativo, ampliando sua capacidade de operação e mantendo altos padrões de qualidade e eficiência. Uma das metas agora é trazer desenvolvimento econômico e social para a região", disse o CEO do BH Airport, Daniel Miranda.

Prova disso é o volume de movimentação do primeiro semestre de 2024, quando cerca de 5,6 milhões de passageiros circularam pelo terminal, o melhor resultado do período nos 40 anos de história do aeroporto. "A primeira década de concessão foi marcada por desafios, mas as conquistas e evoluções se destacam ainda mais. Estamos entre os 20 melhores aeroportos do mundo em 2024, segundo o AirHelp Score 2024, e somos o melhor e mais pontual aeroporto do Brasil entre os maiores, segundo a Secretaria de Aviação Civil", pontuou Miranda.

Ainda segundo o CEO, o BH Airport está atento ao legado, inclusive com o reconhecimento como o aeroporto mais sustentável do Brasil pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), além de ser o primeiro aeroporto carbono neutro do País. "Muito mais que títulos, esses reconhecimentos apontam o caminho que vamos continuar trilhando na próxima década: uma jornada de amplo desenvolvimento, compromisso social e ambiental e pioneirismo no setor aeroportuário, para consolidar, ainda mais, o aeroporto como um exemplo em serviços aeroportuários e sustentabilidade", afirmou o gestor.

Outro ponto importante para a concessionária foi a extensão e homologação da Pista de Pouso e Decolagem, que tem 3,6 mil metros e é uma das maiores quando comparada com outros aeroportos no Brasil.

Entre outros destaques de obras realizados no terminal na última década estão: um sistema de captação de águas pluviais e utilização de águas cinzas; a construção de 17 pontes de embarque e a ampliação de áreas de pátios de circulação e parada de aeronaves, que vieram para trazer maior eficiência para as operações.

Hub logístico - O terminal de passageiros 1 também passou por reformas, incluindo a modernização das áreas de segurança e embarque, com objetivo de proporcionar uma experiência mais confortável e conveniente aos passageiros, alinhando o aeroporto às melhores práticas internacionais em termos de infraestrutura e serviços.

"Com as melhorias que o Aeroporto de Belo Horizonte recebeu, foi possível ampliar o mix comercial do terminal, com a inauguração de 80 novas lojas nos últimos 10 anos. Hoje são mais de 100, entre estabelecimentos de varejo e alimentação, além de serviços à população, como Correios e posto UAI para emissão de documentos", contabilizou o CEO.

Na última década, o BH Airport também se consolidou como o único aeroporto a oferecer operações multimodais para carga, transportando cerca de 260 mil toneladas de produtos, entre 2014 e 2024.

"Fortalecemos a estratégia do nosso terminal de cargas, sendo o primeiro a adotar esse conceito de hub logístico multimodal, oferecendo vários serviços logísticos de ponta a ponta, incluindo o recebimento de cargas marítimas. Como não temos mar, trouxemos as cargas marítimas para dentro do aeroporto, possibilitando que as empresas mineiras tenham uma maior agilidade e eficiência no processamento de cargas internacionais", destacou. %


Previsão para próximos cinco anos é de que o Aeroporto Internacional de BH, em Confins, receba novos aportes entre R$ 150 milhões e R$ 300 milhões FOTO: DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

Segundo maior no País em destinos domésticos

O gestor também apontou o crescimento da conectividade como outra importante fase dessa primeira década da gestão da BH Airport. Desde que assumiu em 2014, a concessionária inaugurou 28 novos destinos no terminal, consolidando o aeroporto como o 2° maior no Brasil em destinos domésticos. Hoje, são mais de 70 destinos, sendo sete internacionais.

Ainda em 2024, o BH Airport anunciou duas novas companhias aéreas operando no terminal: a Sky, que faz a rota BH – Santiago, um destino cada vez mais procurado pelos mineiros, e a Voepass, que tem voos para Porto Seguro e Ribeirão Preto.

Outra novidade recente é a ampliação da frequência da rota BH – Curaçao, operada pela Azul Linhas Aéreas e que ganhou o dobro de voos. O BH Airport é o único aeroporto no Brasil com um voo direto para a ilha caribenha. **(RM)** %

Aportes de R$ 350 mi para estradas em Brumadinho

INFRAESTRUTURA Governo de MG anunciou ontem recursos para vias que ligam cidade da RMBH à BR-381; montante vem do acordo judicial com Vale

THYAGO HENRIQUE

Quem sai de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), rumo à BR-381 poderá ter, daqui a alguns anos, vias 100% duplicadas. É que o governo de Minas Gerais investirá cerca de R$ 350 milhões na recuperação e duplicação da MG-040 e na restauração da MG-155 e duplicação da estrada ou construção de uma nova que chegue até à Fernão Dias.

A intervenção, anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo), também deve beneficiar diretamente os municípios de Mário Campos e Sarzedo. Os recursos são provenientes do Acordo Judicial de Reparação pelo rompimento da barragem da Vale, em 2019.

Nesta quarta-feira (14), conforme programação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), será publicado o edital de licitação para contratação da empresa responsável pela elaboração do projeto de engenharia. Os estudos vão definir se a MG-155 também será duplicada ou se será construído um novo traçado até a BR-381.

Em paralelo, o governo está licitando as obras de recuperação do pavimento da MG-155 e construção de uma terceira faixa na estrada. A licitação deve ser concluída ainda neste ano. O começo das obras está previsto para 2025, com duração estimada de 12 a 16 meses.

Já para 2026, a expectativa do DER é licitar e iniciar as duplicações para que, de fato, quem saia de Brumadinho em direção à BR-381 trafegue por uma estrada totalmente duplicada. Embora o cronograma possa ter ajustes, a previsão é que essas intervenções durem em torno de 24 meses.

"Todas as obras do sistema viário têm uma grande importância e, com essa obra, vamos possibilitar maior qualidade e segurança no deslocamento, ampliar e favorecer o desenvolvimento econômico e facilitar o acesso ao Inhotim, que é uma referência, tanto no cenário nacional quanto internacional", destacou o diretor de Construção do DER-MG, Anderson Tavares.



Intervenções também devem beneficiar diretamente os municípios de Sarzedo e Mário Campos; amanhã será publicado edital para contratação de empresa responsável pelo projeto de engenharia FOTO: MARCO EVANGELISTA / IMPRENSA MG

Distrito Industrial - Zema esteve em Brumadinho para vistoriar o terreno onde será implantado o Distrito Industrial (DI) do município. Com R$ 190 milhões oriundos do acordo de reparação, o projeto tem potencial para mudar a realidade econômica local. O empreendimento será construído em uma área de cerca de 1,2 milhão de metros quadrados e terá em torno de 490 mil m² de área edificada. Serão disponibilizados 90 terrenos para empresas de médio e grande porte se instalarem.

"Estamos dando mais um passo nas ações de reparação da tragédia de Brumadinho. São centenas de projetos em todo o Estado e um dos principais é esse distrito industrial, que visa diversificar a economia da cidade, tornando-a cada vez menos dependente da atividade de mineração, que nós sabemos que tem dia e prazo para acabar", destacou o líder do Executivo estadual.

"Os recursos são provenientes do Acordo Judicial de Reparação pelo rompimento da barragem da Vale, em 2019"

Prefeitura realiza outras obras viárias

Outro anúncio realizado após a inspeção do terreno do futuro distrito industrial foi o início das obras na estrada que liga os distritos de Aranha, Suzana e Palhano, executadas pela Prefeitura de Brumadinho. Serão R$ 45 milhões do acordo de reparação destinados para a intervenção, o que vai garantir 14 quilômetros de recapeamento, pavimentação e terceira faixa em alguns trechos.

Sobre o acordo judicial entre o Estado e a Vale, desde 2023, 60 projetos foram definidos após consulta popular e recursos foram repassados para as prefeituras, somando R$ 1,7 bilhão transferido aos 26 municípios atingidos. Desse montante, o município que recebeu mais valores foi Brumadinho, tendo sido direcionados R$ 467 milhões para a execução de cinco iniciativas. **(TH)**

Prefeitos avaliam barrar edital de concessão da BR-262

THYAGO HENRIQUE

Publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no dia 23 de junho, o edital de concessão da BR-262, no trecho de 439 quilômetros, que liga Uberaba, no Triângulo Mineiro, a Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a chamada Rota do Zebu, não agradou a todos os municípios. A razão é que o projeto não contempla a duplicação integral do segmento, apenas 44 km entre Nova Serrana e Bom Despacho, no Centro-Oeste do Estado.

Algumas lideranças municipais se reuniram, recentemente, para debater o assunto. Os prefeitos discutiram a possibilidade de entrar com um pedido de impugnação contra o documento em virtude da ausência da obra. Até a próxima semana, uma decisão deverá ser tomada. Eles também não descartaram aderir a uma ação na Justiça, caso o impasse não seja solucionado.

Encabeçando a lista de insatisfeitos, a prefeita de Uberaba, Elisa Araújo (PSD), ressaltou que a cidade escoa uma quantidade considerável de produtos e que o volume poderia ser ainda maior se houvesse melhoria nas condições da estrada. Ao Diário do Comércio, ela ressalta que esse é um dos motivos pelo qual é importante que a duplicação tenha início no município.


Prefeita de Uberaba, Elisa Araújo (PSD) encabeça lista de gestores públicos insatisfeitos com edital da rodovia FOTO: LÍLIAN VERONEZI / PMU

"Participamos de todas as audiências com a ANTT em que discutimos, em conjunto, a duplicação da BR-262, em especial no trecho entre Uberaba e Araxá, que tem um alto volume de veículos de grande porte. Deixamos registrados em todos os momentos a importância dessa obra. Fomos surpreendidos pela publicação do edital sem considerá-la, o que nos indignou", afirmou.

"O nosso pedido inicial é a duplicação de todo o trecho de Uberaba a Nova Serrana, que até lá não está duplicado. E a duplicação dentro do edital contempla apenas 44 km, no entanto, sabemos que precisamos muito mais do que isso. Mas vamos lutar prioritariamente pelo trecho de Uberaba até Araxá, onde chegamos a levar duas horas no trânsito em cerca de 100 km", reiterou.

Segundo a prefeita, Uberaba, Araxá, Campo Florido e demais cidades que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande (Amvale) estão envolvidos na discussão referente à possível impugnação. Elisa Araújo era presidente da instituição e está licenciada em função do período eleitoral, mas segue em contato com as lideranças. Sobre a judicialização, ela diz que será avaliada de acordo com os próximos passos que forem dados.

Conforme o próprio edital, as impugnações ao documento poderão ser protocoladas até três dias úteis antes da data do leilão – marcado para 31 de outubro. A autarquia analisará e responderá às contestações apresentadas em até três dias úteis contados de seu protocolo, limitado ao último dia útil anterior ao certame. Até às 23h59 da próxima sexta-feira (16), também podem ser solicitados esclarecimentos sobre pontos do edital e a ANTT terá até 10 de setembro para respondê-los.

ANTT - Procurada, a ANTT disse, em nota à reportagem, que os estudos de viabilidade para a concessão da BR-262 indicaram que não é necessário duplicar completamente a rodovia. "A análise propôs a duplicação de 44,3 quilômetros entre o Km 446,500 e o Km 490,800. Adicionalmente, foram indicados 168,8 quilômetros de faixas adicionais e 3,63 quilômetros de vias marginais como soluções mais econômicas e eficazes para melhorar o tráfego na região."

A autarquia também afirmou que a inclusão de obras de duplicação aumenta significativamente o custo de uma concessão, resultando em aumento considerável da tarifa, cenário ao qual reitera que contradiz as expectativas da sociedade por tarifas mais acessíveis. "Além disso, a Política de Outorgas de Rodovias prioriza a oferta da menor tarifa ao usuário. Portanto, essa alteração contratual não seria coerente com a análise técnica nem com as diretrizes ministeriais", ponderou.

Mídias digitais podem reduzir demanda do setor

GRÁFICAS **Impacto negativo nos negócios da atividade pode chegar a 30% durante o período das eleições municipais neste ano; um dos motivos é a concorrência com as redes sociais**

JULIANA SODRÉ

As mídias digitais podem ser responsáveis pela redução de 30% na demanda pelos produtos gráficos nas eleições municipais deste ano. A previsão é do presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica, regional Minas Gerais, Vicente Aleixo.

De acordo com ele, que também é presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Minas Gerais, as eleições deste ano sofrerão os impactos de grupos como os de *Whatsapp* e das redes sociais. "As pessoas hoje preferem veicular as propagandas pela internet. Estamos até recebendo pedidos de orçamento, mas o forte mesmo é quando são definidos e divulgados os números dos candidatos. Eles produzem panfletos para os eleitores terem ali os números na hora da votação", observa.

Vicente Aleixo, que é proprietário da Primacor Gráfica e trabalha no mercado há mais de 20 anos, disse acreditar que a demanda reduzirá de 30% a 40% em relação às outras eleições. Entretanto, para o empresário Paulo Araújo, da BH Gráfica, as mídias digitais não são um problema. Ele alega que no período, o movimento aumenta cerca de 200%. Porém, ele não chega a contratar funcionários. "A gente faz hora extra, trabalha aos finais de semana, mas não chegamos a contratar já que o movimento é temporário", afirma.

A gerente de marketing e inteligência comercial da Gráfica Tavares, Alice Tavares, acredita num movimento estável no período. "A demanda sempre aumenta nas eleições, este ano mais na segunda quinzena do mês, porém estamos com menos prazo para a entrega final", diz.

Quanto à interferência dos canais digitais ela é mais otimista. "Estou vendo que os candidatos não estão deixando de fazer a mídia *off-line*. Eles estão combinando as duas estratégias (*offline* e *on-line*) de forma positiva e complementar. O volume dos pedidos tem reduzido, realmente, e os tipos de produtos nos pedidos estão mais variados como adesivos de carros, bandeiras, botons, mas não têm deixado de serem feitos", ressalta.

Na Gráfica Silva Lara, o proprietário Geraldo Gilberto de Oliveira acredita que o ser humano gosta de material físico. "A gente ainda faz santinho, panfleto. O eleitor gosta de ter na mão a colinha para levar para votar", diz. A expectativa dele é que a demanda aumente em 10%, isso porque as últimas eleições municipais foram durante a pandemia e os candidatos investiram menos.



Como aumento na demanda é temporário, há empresas que preferem fazer hora extra e trabalhar aos finais de semana do que contratar para o período das eleições FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_PEG

"As pessoas hoje preferem veicular as propagandas pela internet (...) O forte mesmo é quando são definidos os números dos candidatos"

Vicente Aleixo

Regras do TSE possui restrições - De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as propagandas nas áreas públicas estão autorizadas após o encerramento do prazo de registro de candidaturas na Justiça Eleitoral, no dia 15 de agosto, conforme o calendário eleitoral das Eleições Municipais 2024.

Logo, a partir do dia 16, candidatas e candidatos já podem usar bandeiras, adesivos e alto-falantes, bem como distribuir santinhos e realizar carreatas e comícios para divulgar seus currículos e suas propostas. Porém, há restrições.

Na campanha eleitoral, são vedadas a confecção, a utilização e a distribuição por comitê, por candidata e por candidato – ou com a sua autorização – de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem aos eleitores.

Na Gráfica Tavares, Alice Tavares alega que os investimentos foram apenas em compra de insumos, mas não em equipamentos. "A gente comprou materiais mais requisitados como adesivos e outros de comunicação visual", diz.

MINAS LED

Aporte na 1ª fase chega a R$ 100 mi

KLAUCIUS RICARDO *

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) finalizou a primeira etapa do projeto Minas Led, com R$ 100 milhões investidos para modernizar a iluminação pública de 410 cidades no Estado.

Ao todo, mais de 130 mil pontos foram alterados pela Cemig. A iniciativa da estatal foi criada em 2022 e prevê a modernização do sistema de iluminação pública no Estado, ao substituir lâmpadas de vapor de sódio, mercúrio e metálico, pelo uso da tecnologia LED.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) contou com R$ 20 milhões em aportes do programa, resultando em quase 30 mil pontos renovados. As lâmpadas com potências medidas entre 250 watts (W) e 400 watts foram substituídas e descartadas conforme a legislação ambiental vigente.

Durante dois anos, cerca de 72,4 gigawatts (GW) foram economizados nos municípios selecionados para o programa, com a redução da demanda do horário de ponta em 13.381 quilowatt (KW) e a prevenção da emissão de 3.086 toneladas de CO_2 na atmosfera



Sabará foi uma das cidades mineiras contempladas pelo projeto da Cemig, num total de 410 FOTO: DIVULGAÇÃO / CEMIG MARCELO COELHO

O gerente de Eficiência Energética da Cemig, Ronaldo Luas Queiroz, destacou os benefícios da modernização da iluminação pública. "Estimamos uma economia de 50% por ponto de iluminação pública substituído pelo Minas LED. Isso pode gerar uma redução na conta para os moradores que pagam a Contribuição de Custeio da Iluminação Pública (Cip), que é a taxa determinada pelas câmaras municipais", diz.

"Além disso, há a melhoria na segurança, lazer e conforto, uma vez que o local contemplado tem uma luminosidade bastante superior quando comparamos com as lâmpadas mais antigas", observa.

Segundo Queiroz, a energia economizada pelas ações do programa pode atender 57 mil famílias em um ano, ao considerar consumo médio de 150 Watt-hora (Wh) mensais.

Com a finalização da primeira etapa, a Cemig planeja o lançamento da segunda fase do Minas Led para ainda em 2024, sob o investimento de R$ 186 milhões, e prevê a modernização 220 mil de pontos com potências superiores ou iguais a 125W.

(***Estagiário sob supervisão da edição)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA
CNPJ 19.397.579/0001-04
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pela presente publicação e nos termos do artigo 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, **FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.397.579/0001-04 e NIRE JUCEMG nº 31201554751 de 06/01/1984, com sede na Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, através de seu administrador **SILVIO DA SILVEIRA**, convoca todos os sócios para participar da Assembleia Geral da referida Sociedade, a realizar na sede social, localizada à Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, no dia 21 de Agosto de 2024, às 09h00, com a seguinte ordem do dia: 1 – Deliberações sobre aumento de capital para amortização de prejuízos existentes; 2 – Outros assuntos de interesse da Sociedade. Caso no horário indicado não tenham comparecido o número legal de associados, a Assembleia ocorrerá às 09h30min, em segunda chamada, com o número de presentes. **Silvio da Silveira** - Administrador.

A **PAVIMENTAR USINAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**, CNPJ: 38.327.109/0001-00, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 24.126/2024 a Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS Classe 3 para a atividade de Usinas de produção de concreto asfáltico, localizada à Av. Fausto Ribeiro da Silva, n° 5.615, Estância do Sereno PTB, Betim/MG, CEP 32.659-005.

Edital De Intimação Comarca De Montes Claros - Estado De Minas Gerais – Justiça De 1ª Instânciasecretaria Da Segunda Vara Cível – Edital De Intimação Com O Prazo De Trinta (30) Dias. O Exmo. Sr. Dr. Fausto Geraldo Ferreira Filho, MM Juiz de Direito da Segunda Vara Cível, desta Cidade e Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma lei etc. FAZ saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Secretaria, tramita os autos do processo eletrônico de n.º 5011576-29.2020.8.13.0433, Cumprimento De Sentença, sendo exequente A.S.C Industria E Comercio De Roupas Importacao E Exportacao LTDA e executada Mega Astral Comercio De Confeccoes LTDA - EPP. E o presente edital para INTIMAÇÃO da executada Mega Astral Comercio De Confeccoes LTDA - EPP, atualmente em local incerto e não sabido para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do débito no valor de 413.646,55 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e quarenta e seis reais, e cinquenta e cinco centavos), ficando advertida de que, não sendo efetuado o pagamento voluntário no prazo assinado, será acrescido ao débito 10% (dez por cento) a título de multa, mais 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios. Efetuado o pagamento parcial no prazo estabelecido, a multa e os honorários incidirão sobre o restante; e não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário será expedido desde logo mandado de penhora e avaliação. Fica advertido de que, não sendo apresentada defesa, através de advogado constituído, ser-lhe-á nomeado Curador Especial. E, para conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, expedi-u-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Montes Claros, aos vinte e seis (26) dias do mês de junho (06) do ano 2.024. K-10e13/08

COMARCA DE MONTES CLAROS-MG-EDITAL DE INTIMAÇÃO - O Exmo. Sr. Evandro Cangussu Melo, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo e na forma da Lei, etc...Pelo presente edital, expedido com o prazo de trinta (30) dias, contados a partir de sua primeira publicação, intima PAULO GUILHERME LOPES TEIXEIRA - CPF: 569.574.326-53,que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenação, no valor de R$122.379,39 (cento e vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos),sob pena de multa e honorários no percentual de 10% (dez por cento) cada, conforme art. 523, §1ºdo CPC, processo nº 5004976-94.2017.8.13.0433, Cumprimento de Sentença, movido por BANCO BRADESCO CARTOES S.A. - CNPJ: 59.438.325/0001-01.Fica ciente de que se efetuado o pagamento parcial do débito, no prazo acima, a multa e os honorários fixados incidirão apenas sobre o restante (§ 2º do art. 523, do mesmo diploma legal), e ainda, não efetuado o pagamento, foi determinada a expedição de mandados de penhora e avaliação. O referido processo tem curso por este Juízo e Secretaria da 5ª Vara Cível desta Comarca de Montes Claros-MG, situado na Rua Raimundo Penalva, nº 70, Vila Guilhermina. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital que vai afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros-MG aos 6 de agosto de 2024. K-13e14/08

Comarca de Uberaba/MG - Edital de Intimação – Justiça Gratuita – Prazo de 20 dias. A Excelentíssima Senhora Doutora Raquel Agreli Melo, Juíza de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei etc. Faz Saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de nº 5006691-80.2016.8.13.0701 da Ação De Cumprimento De Sentença, requerida por Banco Bradesco Cartoes S.A em face de Fabio Mendes Boaventura, que se processam por este Juízo e Secretaria da Sexta Vara Cível, e que, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, Intima o executado Fabio Mendes Boaventura, inscrito no CNPJ(CPF)/MF sob o n.º 442.863.926-00, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para, nos termos do disposto no artigo 523 do CPC, em 15 (quinze) dias, pague o débito no valor atualizado da condenação, qual seja, R$ 55.062,06 (cinquenta e cinco mil e sessenta e dois reais e seis centavos), sob pena de incorrer em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e além de honorários advocatícios, no mesmo valor (art. 523,§1º) e penhora de bens, além de custas pela presente fase do processo. Transcorrido o referido prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se outro prazo de 15 (quinze) dias para que a parte executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, nos moldes do art. 525, §1º, do CPC. E, para que ninguém alegue ignorância, determinou a MM.ª Juíza que se expedisse o presente edital que será fixado no lugar de costume, na sede deste Juízo e será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. K-13e14/08

ULTRAFÉRTIL S.A.
CNPJ/MF nº 02.476.026/0001-36 - NIRE 3130011503-8 - Companhia Fechada
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam os senhores acionistas da Ultrafértil S/A, ("Companhia"), localizada na Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - Parte, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a se realizar no dia 19 de agosto de 2024, às 16:00h (horário de Brasília), de forma virtual, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, § 2º - A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S/A"), regulamentados pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a) Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. "Deliberar sobre (i) a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia e objeto de distribuição pública, pelo rito automático de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") , do artigo 59 da Lei das S.A., e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (ii) a ratificação de todos os atos e a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão e da Oferta Restrita. Os documentos e informações relativos as matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, bem como demais documentos relevantes para o exercício do direito de voto dos Acionistas serão enviados previamente e ficarão disponíveis para quaisquer consultas adicionais. Belo Horizonte, 08 de agosto de 2024. **Conselho de Administração da Ultrafértil.**

SINDICATO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE CONTAGEM E IBIRITÉ – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – O Presidente do SINDICATO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE CONTAGEM E IBIRITÉ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.985.938/0001-70, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e a Legislação em vigor, convoca as empresas, micro empresas e seus similares, incluindo filiais, que atuam no segmento do comércio varejista, comércio atacadista e comércio armazenador do município de Ibirité, excluídas apenas aquelas que operam preponderantemente no segmento de comércio atacadista de gêneros alimentícios, com abrangência territorial em Ibirité/MG, quites com as obrigações sindicais patronais e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 21 de Agosto 2024 (Quarta-feira), às 09h00min, em primeira convocação e não havendo quórum suficiente no horário acima designado, a Assembleia será realizada em segunda convocação, às 09h30min na rua Manoel Teixeira de Camargos, n° 475, Bairro da Glória, Contagem MG, para deliberar sobre o seguinte assunto constante da ordem do dia: Discutir e submeter à aprovação da maioria as novas propostas para a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 com o Sindicato laboral, SECBHRM, atinente ao município de Ibirité. Contagem, 13 de Agosto de 2024. Frank Sinatra dos Santos Chaves – Presidente.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 28 de agosto de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 30 de agosto de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

FRAZÃO Leilões

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará novamente a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010373240, firmado em 05/05/2023, com o **Fiduciante GENESIO JUNIOR TAVARES,** maior, inscrito no CPF nº 117.098.946-28, no dia 28/08/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 258.001,16** (duzentos e cinquenta e oito mil um real e dezesseis centavos), o imóvel matriculado sob nº **97.918 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Serrana/MG,** constituído por "Uma construção residencial com área de 57,75m², situada na Rua Boa Esperança, nº 511 (Av.02) e seu respectivo lote de terreno denominado A35, da quadra nº 01, no Bairro Luzia Maria dos Santos, na cidade de Nova Serrana/MG, com área de 140,77m² (cento e quarenta metros e setenta e sete centímetros quadrados), medindo 08,21m. de frente; 16,91m. à direita; 08,45m. de fundo e 16,41m. à esquerda, situado na Rua Boa Esperança, esquina com a Avenida Itália, confrontando à direita com o lote A34; fundo com o lote A17; esquerda com a Avenida Itália e frente com a Rua Boa Esperança". **Cadastro Municipal:** 01.05.069.3524.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 30/08/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 251.427,13** (duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos e vinte e sete reais e treze centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21345_PDTEC_2809-05).

VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO
Art. 887, § 3º/CPC
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 06ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UBERABA – ESTADO DE MINAS GERAIS – PROCESSO N. 0016717-04.2011.8.13.0701- EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A - EXECUTADO: POSTO AUTOMAN LTDA E OUTROS - IMÓVEL: UM SÍTIO composto de casa de morada, coberta de telhas francesas, duas casinhas para despejo, paiol, curral, cocheira, tronco coberto, chiqueiros, maternidade, instalações de luz e água, monjolo, assentado sob coberta, rego d'água e demais instalações e benfeitorias existentes, bem como a área superficial de 387,40 hectares de terras de culturas de 2ª e 3ª classes e cerrado, situadas no município de Tupaciguara/MG, na Fazenda Confusão, no local doravante denominado Fazenda Santa Lúcia. O imóvel possui uma pequena ponte que atravessa o córrego da Grama. A propriedade contém uma CASA RESIDENCIAL (sede) composta por dois quartos, uma suíte com armário embutido, um banheiro social, sala e cozinha conjugada, varanda e área de serviço com lavanderia, com piso em ardósia, forro de madeira, coberta com telhas planas, janelas e portas de venezianas e vidro, além de uma pequena piscina. O imóvel inclui curral, tronco e balança cobertos com telhas francesas, embarcador. CASA DE COLONO-1: dois quartos, sala, cozinha, banheiro, lavanderia e pequena varanda, com piso tipo vermelhão, sem forro, coberto com telhas francesas, portas de veneziana. CASA DE COLONO-2: quatro quartos pequenos, sala, cozinha, banheiro social, com piso de cimento queimado e vermelho, janelas tipo veneziana e vidro, forro de madeira, coberta com telhas francesas, cocheira coberta com telhas francesas, casinhas de despejo, paiol, chiqueiro coberto com telhas Eternit, imóvel com poço artesiano, água em abundância. Demais descrições na Matrícula n. 3.757, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tupaciguara/MG e no auto de avaliação - VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 20.010.329,60 (vinte milhões, dez mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). Preço mínimo 2ª. Praça: 50% do valor da avaliação (art. 885 e 891, § único CPC). – DA FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA mediante depósito judicial. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para a transferência da propriedade. DATAS DAS PRAÇAS – 1ª. Data do Leilão: 02/09/2024 às 10:00hs (eletrônico), pelo maior lance, igual ou acima da avaliação, e se não for vendido prosseguirá na segunda praça. 2ª. Data do Leilão: 17/09/2024 às 10:00hs (eletrônico), pelo maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior a 50% do valor da avaliação. Leilão Eletrônico. Site do Leilão: www.francoleiloes.com.br. Ficam os executados, compromissários e demais interessados, INTIMADOS das designações supra.

Zema cobra solução para Mariana

BARRAGEM DE FUNDÃO Governador afirmou que repactuação do acordo não foi finalizada por culpa do governo federal



Romeu Zema critica postura do governo federal, que tenta negociar um valor maior que o proposto pela Vale, Samarco e BHP FOTO: MARCO EVANGELISTA / IMPRENSA MG

"Os estados afetados não estão sendo atendidos. Minas Gerais e o Espírito Santo estão sendo prejudicados por esse atraso. Nos atenderia [a proposta atual]. O que vale mais? Dois hospitais prontos daqui um ano ou 20 hospitais daqui a 50 anos? O que vai salvar mais vidas?"

Romeu Zema

itatiaia

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), disse ontem que o acordo de Mariana só não foi fechado por oposição do governo federal. Segundo ele, tanto o governo de Minas como o do Espírito Santo já aprovaram a proposta apresentada pelas mineradoras, no valor de R$ 82 bilhões, parcelados em 20 anos.

Questionado sobre o impasse em torno dos valores para repactuação do desastre, Zema disse que os estados estão sendo prejudicados, já que o governo federal tenta negociar um valor maior em vez de aceitar a proposta, assinada pela Vale, Samarco e BHP Billiton.

"Os estados afetados não estão sendo atendidos. Minas Gerais e o Espírito Santo estão sendo prejudicados por esse atraso. Nos atenderia [a proposta atual]. O que vale mais? Dois hospitais prontos daqui um ano ou 20 hospitais daqui a 50 anos? O que vai salvar mais vidas?", questionou Zema.

O governador participou, ontem, de uma vistoria a obras de construção do Distrito Industrial de Brumadinho, cidade atingida por outro desastre ambiental, em 2019. Os recursos para construção da infraestrutura do local foram feitos com recursos do acordo com a Vale, fechado em 2021, no valor global de R$ 37,7 bilhões.

Outra crítica de Zema é com relação às exigências do governo Lula para a assinatura do acordo. Segundo ele, a União quer que as mineradoras retirem da bacia do rio Doce, os rejeitos que foram despejados com o rompimento da barragem.

"Temos conversado [com o governo federal] e sempre temos um obstáculo. 'Ah, temos que remover o material do rio'. Remover o material do rio, do meu ponto de vista, é criar uma nova tragédia ambiental. E qual cidade vai querer receber esse material?", critica.

Propostas na mesa - São duas as propostas na mesa de negociação, neste momento. A das mineradoras — que, segundo Zema já foi aprovado por Minas e Espírito Santo — tem um valor global de R$ 140 bilhões, mas as empresas querem descontar R$ 37 bilhões de recursos já empregados em ações de reparação, bem como assumir outros R$ 21 bilhões em ações "por fazer". Ou seja, na prática, o valor que entraria nos cofres dos governos federal, de Minas e do Espírito Santo, seria R$ 82 bilhões, parcelados em 20 anos.

A contraproposta do poder público exclui as "ações por fazer" das mineradoras, mas pede um repasse maior, de R$ 109 bilhões e divididos em um prazo menor, de 12 anos. **(Mardélio Couto)**

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Padilha aponta reforma tributária como prioridade

Brasília - O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse, ontem, que a prioridade do governo é concluir a votação da regulamentação da reforma tributária ainda neste ano.

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já havia afirmado que a Casa não votará o projeto de lei complementar da reforma antes das eleições municipais de outubro.

"A prioridade do governo e a necessidade do País é terminarmos esse ano com a regulamentação da reforma tributária concluída no Senado e na Câmara. Essa é a prioridade do governo e a necessidade do País", disse Padilha a jornalistas, no Palácio do Planalto.

"E é importante também a conversa não ser só no Senado, mas já dialogar na Câmara, porque pode voltar para a Câmara, caso tenha qualquer tipo de mudança no Senado", completou.

Ele disse ainda acreditar em concluir a votação da proposta neste ano, porque os presidentes das Casas, Pacheco no Senado e Arthur Lira (PP-AL) na Câmara, vão querer deixar a reforma como legado de seus mandatos, que acaba no ano que vem.

A fala ocorreu após reunião do presidente Lula (PT) com os ministros palacianos e líderes do governo.

Padilha disse ainda que o governo está trabalhando e espera chegar a um consenso nesta semana por uma proposta de compensação da perda de arrecadação com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores e dos municípios.

Segundo ele, o relator da proposta, senador Jaques Wagner (PT-BA), está incorporando todas as sugestões dos parlamentares. "A expectativa é que a gente possa ter a discussão avanço. Nós estamos incorporando todas as sugestões feitas pelo Senado. Além disso, as medidas que garantem a redução de despesas, o esforço que o governo está fazendo de reduzir despesas como parte para suportar essa queda da contribuição previdenciária que a desoneração faz", afirmou.

Mas o ministro reforçou a proposta da Fazenda de aumento de 1 ponto percentual na alíquota da CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido), tributo que incide sobre o lucro das empresas, caso as medidas não sejam suficientes para fechar as contas.

"Vamos conversar essa semana para ver se a gente concluir essa discussão, se o senador Jaques Wagner pode apresentar o relatório para que a gente possa avançar nesse tema."

O Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou até setembro o prazo para o Executivo e o Legislativo chegarem a um consenso sobre a desoneração. A necessidade de compensação para o atendimento de regra prevista na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) foi o argumento utilizado pela União para pedir ao STF a suspensão da desoneração em abril.

Entre os grupos beneficiados com a desoneração está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a Folha de S.Paulo. Também são contemplados os segmentos de calçados, *call center*, confecção e vestuário, construção civil, entre outros. (**Marianna Holanda e Matheus Teixeira/Folhapress)**

JUSTIÇA DO TRABALHO

Veiga é eleito presidente do TST

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho elegeu, ontem, a nova administração do Tribunal. O mineiro Aloysio Corrêa da Veiga será o presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O ministro Mauricio Godinho Delgado será o vice-presidente, e o ministro Vieira de Mello Filho será o corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

A votação normalmente é secreta, mas houve um consenso prévio sobre os três nomes, que foram eleitos por aclamação. Para o presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, isso revela a maturidade do Tribunal ao adotar uma transição serena e voltada para o interesse maior da sociedade.

Ao agradecer a eleição, o ministro Aloysio Corrêa da Veiga ressaltou o papel social da Justiça do Trabalho em seus mais de 80 anos de existência. "Precisamos firmar nossa vocação para que nossas decisões tenham estabilidade e segurança", afirmou, ao defender a adoção de precedentes qualificados. O próximo presidente também ressaltou a importância da autonomia da vontade e da busca de soluções consensuais para os conflitos trabalhistas, bandeira que já vem conduzindo à frente da Vice-Presidência do TST.

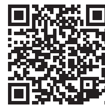
O ministro Mauricio Godinho Delgado também defendeu a afirmação da Justiça e do Direito do Trabalho e afirmou que a Vice-Presidência estará aberta a toda a sociedade, no sentido de consolidar a justiça social. O futuro corregedor-geral, ministro Vieira de Mello Filho, ressaltou a união do Tribunal e disse que sua atuação à frente da Corregedoria será pautada por uma visão republicana da instituição, voltada para o bem estar da sociedade brasileira.

De acordo com o Regimento Interno do TST, os cargos de direção (presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça do Trabalho) são preenchidos mediante eleição, em que concorrem os ministros mais antigos do Tribunal, em número correspondente ao dos cargos.

O mandato do atual presidente, ministro Lelio Bentes Corrêa, encerra-se no dia 13 de outubro. A posse dos eleitos está prevista para o dia 10 de outubro. **(Com informações do TST)**



Aloysio Corrêa da Veiga foi eleito por aclamação para a presidência do Tribunal Superior do Trabalho FOTO: FELIPE SAMPAIO / TST



AGRONEGÓCIO

CURTAS

ExpoGenética: aumento no nº de animais

A ExpoGenética 2024, maior feira de animais zebuínos avaliados do País, começa na sexta-feira (16), com destaque para o aumento no número de animais inscritos e de expositores. A quatro dias da abertura oficial do evento, os animais inscritos na feira começaram a chegar ao Parque Fernando Costa, em Uberaba, no Triângulo Mineiro, ontem (12). Conforme o regulamento da ExpoGenética 2024, a entrada de animais será permitida somente até quarta-feira (14). A antecedência da chegada é para garantir uma melhor organização do evento. Ao todo, 944 animais das raças Brahman, Gir, Guzerá, Nelore, Sindi e Tabapuã foram inscritos para a ExpoGenética 2024. Aumento também no número de expositores, que chegará a 122.



FOTO: DIVULGAÇÃO / ABCZ

Minas no Prêmio CNA de Mel

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil vai realizar, no dia 28 de agosto, a etapa do júri popular do Prêmio CNA Brasil Artesanal de mel. Tem mineiro classificado. A avaliação das dez amostras de mel, divididas nas categorias claro e escuro, será realizada em Goiânia, durante a Feira Internacional de Comércio Exterior do Brasil Central (Ficomex). O público terá a oportunidade de degustar os produtos e avaliá-lo sem identificação de marca. Os produtos foram selecionados por um júri técnico, que analisou 190 amostras de mel. As amostras finalistas são provenientes de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Após a votação popular, os cinco produtos de cada categoria vão passar pela análise da história do produto, última etapa do concurso.



FOTO: WENDERSON ARAUJO / TRILUX

Declaração do ITR: até 30 de setembro

Atenção, produtor rural. Começou ontem (12) e vai até 30 de setembro o prazo para a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2024. Segundo a Instrução Normativa RFB 2.206/2024, é obrigatório apresentar a declaração pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora de qualquer título, inclusive a usufrutuária, um dos condôminos ou um dos compossuidores. A declaração deve ser enviada por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR, disponível no site da Receita Federal. Também continua sendo possível utilizar o Receitanet para a transmissão da declaração. Os produtores rurais podem pagar o imposto por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) ou via QR Code (Pix).

Agricultura de precisão será discutida em Minas

TECNOLOGIA Assunto será foco do Circuito Mineiro de Inovação Tecnológica a ser realizado em Pitangui amanhã, quarta-feira (14); inscrições são gratuitas

A agricultura de precisão será o foco da próxima edição do Circuito Mineiro de Inovação Tecnológica, promovido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Emater-MG, Epamig, Epamig Itap e do Instituto Mineiro de Agropecuária. O evento será realizado amanhã, quarta-feira (14), em Pitangui, na região Central. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até a data do evento pela plataforma *Sympla*. É só procurar pelo nome do evento.

O circuito é voltado para produtores rurais, profissionais do setor agropecuário, pesquisadores, acadêmicos, empresas, cooperativas, associações, sindicatos rurais e fornecedores de tecnologia agrícola. O objetivo é promover o intercâmbio de conhecimentos e facilitar a conexão entre profissionais e oportunidades de negócios na esfera da inovação aplicada à agropecuária. Esse esforço busca catalisar o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação, impulsionando a competitividade e ampliando as perspectivas de negócio no setor.



Prática de agricultura de precisão envolve uso de tecnologia como drones FOTO: DIVULGAÇÃO / SEAPA

A agropecuária de precisão é uma abordagem tecnológica avançada que visa otimizar os processos agrícolas por meio da coleta e análise detalhada de dados, permitindo uma gestão mais eficiente e sustentável das atividades agropecuárias. Essa prática envolve o uso de tecnologias como sistemas de posicionamento global (GPS), sensoriamento remoto, sistemas de informações geográficas (SIG), sensores proximais, sistemas automatizados de coleta de dados, entre outros.

> **"Agropecuária de precisão é uma abordagem tecnológica avançada que visa otimizar os processos agrícolas por meio da análise e coleta detalhada de dados"**

O coordenador de ensino da Epamig Itap, Robson de Assis Souza, destacou a importância de acompanhar as novas tecnologias e seus benefícios para a produção. "Estamos vivenciando uma explosão de tecnologias e acreditamos que muitos produtores ainda não conseguiram acompanhar. Nosso objetivo é apresentar essas tecnologias de forma clara e mostrar como elas podem ajudar no dia a dia da produção. Além disso, o evento oferece oportunidades de conhecer empresas de base tecnológica, o que pode contribuir para o desenvolvimento das atividades dos produtores", reiterou.

Na avaliação do subsecretário de Política e Economia Agropecuária da Seapa, Caio Coimbra, a participação no evento é fundamental para os produtores rurais, pois representa uma oportunidade única para geração de inovação, resolução de problemas, além da aplicação de novos negócios e circulação de conhecimento no campo.

Circuito - Esta é a quinta edição do Circuito Mineiro de Inovação Tecnológica. Os temas de cada evento foram escolhidos após um levantamento detalhado realizado em todas as unidades regionais da Emater-MG e em parceria com as gerências regionais do Sistema Faemg, identificando as principais demandas dos produtores rurais.

Nas edições anteriores, realizadas em Uberaba, Passos, Uberlândia e Buritizeiro, foram abordados a inovação e sustentabilidade na agropecuária, as inovações tecnológicas na agricultura familiar, o uso de drones agrícolas e as tecnologias para o Vale do São Francisco. **(Seapa)**

CAFEICULTURA

Preços do café disparam após geadas

Os preços do café subiram acentuadamente ontem, com geadas leves no Brasil durante o fim de semana aumentando as preocupações com a oferta, enquanto o mercado também busca se proteger de eventuais novas ocorrências do fenômeno nos próximos dias. O contrato do café arábica setembro estava em alta de mais de 4%, a US$ 2,44 por libra-peso, por volta das 11h50 (horário de Brasília), após ter subido mais anteriormente na sessão.



Expocaccer afirmou que houve "geadas pontuais" no final de semana no Cerrado Mineiro FOTO: DIVULGAÇÃO / CULTIVAR CAFÉS

A Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (Expocaccer) afirmou à Reuters que houve geadas pontuais nessa importante região produtora de café arábica de Minas Gerais, no final de semana. "As geadas ocorreram em regiões pontuais do Cerrado, mas ainda não sabemos dimensões, hoje já iniciamos um levantamento com nossos cooperados", disse a Expocaccer em nota.

Segundo a cooperativa, produtores afirmaram que a atenção estará "redobrada para essa noite (segunda) e amanhã (hoje), pois o frio deve ser mais intenso".

O agrometeorologista Marco Antonio dos Santos, da Rural Clima, afirmou que houve geadas no final de semana, mas acrescentou que elas foram bem localizadas e sem paralelo com o registro de frio intenso de 2021, quando as temperaturas congelantes causaram perdas expressivas para a temporada seguinte.

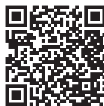
A empresa de meteorologia Nottus considerou que "possivelmente houve formação de geadas em algumas áreas de baixadas ou geadas na relva, o que não afeta as lavouras" de café. Para afetar o café, a temperatura tem que estar em torno ou abaixo de zero, o que não foi observado nas áreas majoritárias de café nem de Minas Gerais e nem mesmo do Paraná, disse a Nottus.

Colheita no fim - De maneira geral, a colheita da safra 2024 está caminhando para o final, o que livra a produção deste ano de qualquer perda. Mas, dependendo a intensidade da geada, eventual perda pode ser sentida na colheita do próximo ano.

A força dos preços do café robusta após o clima adverso na safra do principal exportador, o Vietnã, também deu suporte ao mercado. "As chuvas abaixo da média nos principais Estados produtores de café no Brasil, juntamente com as crescentes preocupações quanto ao impacto do evento El Niño de 2023/24 sobre a produção de café no Sudeste Asiático, sustentaram o impulso de alta dos preços", disse o analista BMI em uma nota.

O café robusta setembro subia mais de 5%, para US$ 4.560 por tonelada, após ter superado US$ 4.600 a tonelada, mais cedo.

O órgão meteorologista oficial do Brasil, o CPTEC, disse na semana passada que havia possibilidade de geadas em alguns Estados durante o fim de semana. Também se vê potencial para mais geadas nas primeiras horas de 13 de agosto, mas principalmente nos três Estados do Sul, além de São Paulo e Mato Grosso do Sul. **(Reuters)**





Um dos principais focos das mineradoras hoje é a redução da "pegada de carbono" e, por isso, estão apostando e investindo na produção de minérios "verdes" FOTO: MOSAICO IMAGEM / VALE

Setor aposta na produção de minérios mais sustentáveis

INDÚSTRIA EXTRATIVA Um dos principais focos das empresas é a redução da "pegada de carbono"

THYAGO HENRIQUE

No cenário global atual, marcado por uma crescente conscientização ambiental e exigências mais rigorosas em relação à sustentabilidade, as empresas da área de mineração estão se voltando para práticas mais sustentáveis. Nesse sentido, um dos principais focos das mineradoras é a redução da "pegada de carbono" e, por isso, estão apostando e investindo na produção de minérios "verdes".

A Vale, por exemplo, desenvolveu o briquete de minério de ferro, que tem potencial de revolucionar a siderurgia, um dos setores que mais emitem gases de efeito estufa (GEE). Segundo a empresa, o produto é capaz de reduzir em até 10% as emissões no alto-forno e pode possibilitar, no futuro, a produção de aço de zero emissão - quando o hidrogênio verde estiver disponível.

Desenvolvido com base na aglomeração de minério de ferro de alta qualidade a baixas temperaturas, o produto inovador foi apresentado ao mercado em 2021. Resultado de 20 anos de pesquisa da companhia no Centro Tecnológico de Ferrosos (CTF), em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), dispensa o uso de água na sua fabricação.

A primeira planta de briquete de minério de ferro do mundo foi inaugurada pela Vale em dezembro do ano passado, totalizando investimento de R$ 1,2 bilhão. A unidade fica localizada no complexo de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo. A previsão da mineradora é de produzir, a partir de 2030, 100 milhões de toneladas de aglomerados, o que inclui briquetes e pelotas.

Mega Hubs - Para ajudar na descarbonização do setor siderúrgico e da economia como um todo, a empresa também desenvolve soluções em parcerias com os clientes. Exemplo disso são os Mega Hubs, complexos industriais onde a companhia vai concentrar o minério de ferro e produzir briquetes que servirão de insumo para a produção de HBI (*hot-briquetted iron*) por parceiros.

Também conhecido como ferro-esponja, o HBI pode ser usado para a fabricação de aço de baixa emissão pela rota de redução direta, baseada nos fornos elétricos a arco. Se for utilizado gás natural no forno, a emissão de CO2 é aproximadamente 60% menor do que na produção de ferro-gusa através da rota integrada BF-BOF (alto-forno). No futuro, a substituição de gás natural por hidrogênio e a utilização de energia renovável poderão eliminar as emissões de carbono.

Adicionalmente, a Vale estabeleceu a meta de diminuir em 15% suas emissões de escopo 3, relativas à cadeia de valor (o que inclui os clientes siderúrgicos) até 2035. A companhia busca alcançar esse objetivo justamente com minério de alta qualidade, inovação e parcerias.

O minério de alta qualidade fornecido pela mineradora para produção de aço contribui para aumentar a eficiência do processo e, dessa forma, reduzir as emissões de CO2 nas usinas siderúrgicas. O teor médio de ferro atual da produção é 62,5%. A empresa pretende chegar a 64% após 2030. A operação na cidade de Carajás, no estado do Pará, tem 6 bilhões de toneladas em reservas com aproximadamente 66% de teor de ferro e baixo teor de impurezas.

"O minério de alta qualidade fornecido pela Vale contribui para aumentar a eficiência do processo e, dessa forma, reduzir as emissões de CO2 nas usinas"



A Vale desenvolveu o briquete de minério de ferro, que tem potencial de revolucionar a siderurgia, um dos setores que mais emitem gases de efeito estufa (GEE) FOTO: MOSAICO IMAGEM / VALE

Cedro planeja investir R$ 8 bilhões

Recentemente, a Cedro Mineração revelou que deve investir R$ 8 bilhões nos próximos quatro anos para produzir um minério de ferro mais sustentável. A mineradora pretende focar na produção de *pellet feed*, um produto mais fino, com maior concentração de ferro e menos sílica, o que ajuda a diminuir as emissões de gases de efeito estufa quando utilizado pela siderurgia.

Atualmente, a empresa não produz *pellet feed*. A companhia extrai 7 milhões de toneladas de minério em Nova Lima (RMBH) e Mariana, na região Central. A ideia é alcançar em 2028 uma produção de 20 milhões de toneladas nas duas operações, sendo 70% do novo produto. **(TH)**

MATÉRIA ORGÂNICA

J. Mendes transforma resíduos em compostagem

O Grupo J. Mendes, referência no setor de mineração, está revolucionando sua abordagem aos resíduos orgânicos. Nas unidades Ferro+ e JMN Mineração, os resíduos anteriormente destinados a aterros sanitários agora ganham uma nova vida como matéria orgânica, graças à técnica de compostagem.

Para chegar a uma solução ambientalmente correta para os resíduos orgânicos gerados nas unidades de mineração, o Grupo J. Mendes (Ferro+ e JMN Mineração) pesquisou recursos tecnológicos e eficientes para a transformação desse material. A resposta encontrada foi transformar esses resíduos em matéria orgânica por meio da compostagem.

O processo é simples: os resíduos são coletados nas unidades e levados ao Depósito Intermediário de Resíduos (DIR). Lá, após uma pré-triagem para garantir que apenas resíduos orgânicos sejam processados, eles são depositados na composteira elétrica da Topema Innovations. Em um ciclo de 18 horas, a composteira transforma esses resíduos em adubo orgânico valioso.

Os benefícios dessa abordagem são significativos:

Impacto ambiental reduzido: evita o descarte em aterros sanitários, contribuindo para a redução da pegada ambiental.

Atividades socioambientais: além disso, a J. Mendes promove eventos de doação e divulgação do produto, fortalecendo laços com a comunidade.

Ganhos financeiros: a produção de adubo orgânico traz economia a longo prazo para a empresa e também para as comunidades que são beneficiadas com as doações.

A matéria orgânica resultante da compostagem, em parceria com a Emater, é distribuída em feiras agropecuárias, em parceria com as prefeituras locais.

PROJETO PRESERVA

JULIANA PERDIGÃO

Diretora do Projeto Preserva, plataforma com foco em meio ambiente e cultura. Jornalista e doutora em Ciência da Informação pela UFMG

Quem perde com o desmatamento do Cerrado?

Em recente viagem pela serra do Espinhaço ouvimos de uma moradora da região de Diamantina que, no passado, o Cerrado "sempre proveu tudo o que a gente precisava, veredas com água e peixes, frutos, fartura. Não tinha balaio que desse conta de carregar, precisava da ajuda dos vizinhos."

Pode ser mesmo difícil olhar para a vegetação rupestre que domina parte dessa paisagem e associar tudo isso à fartura de alimentos e à água. O que não enxergamos é a floresta invertida que existe ali, uma esponja natural com um emaranhado de raízes, onde a água consegue se infiltrar e abastecer os mananciais.

Não é por acaso que, das 12 regiões hidrográficas do Brasil, oito têm nascentes no Cerrado. O bioma tem papel central na segurança hídrica de todo o País, como lembra o pesquisador do Ipam, Joaquim Pereira.

Apesar disso, o segundo maior bioma do País é um desconhecido para muitos brasileiros. Uma pesquisa da ONG Sou Cerrado ouviu 2 mil pessoas e constatou que sete em cada 10 entrevistados não sabem que o bioma é fonte nacional de água. Enquanto isso, os alertas de desmatamento seguem em alta, as veredas secam por causa da monocultura e não nos damos conta do tamanho dessa ameaça.

O Cerrado está presente em 13 estados brasileiros e já perdeu mais da metade da vegetação nativa em todo o País. Em Minas Gerais, ocupa mais da metade do território. A lei não ajuda na proteção: ao contrário da Amazônia, produtores rurais do Cerrado podem desmatar 80% de suas propriedades e são obrigados a preservar apenas 20% da mata.

Atividade que destrói o Cerrado depende da sua biodiversidade - Com o incentivo da lei, não é de espantar que o desmatamento tenha caído na Amazônia e migrado para o Cerrado. Neste primeiro semestre de 2024, até houve a primeira queda de 15% no desmatamento, segundo os dados do Inpe, mas, na análise anual, a destruição aumentou.

No ano passado, o Cerrado perdeu 1,11 milhão de hectares de vegetação nativa, 68% a mais que em 2022, de acordo com o MapBiomas.

Quem perde com essa destruição? Todos nós e o próprio agronegócio, que é o principal vetor de desmatamento no bioma. A monocultura e a pecuária são as principais ameaças ao Cerrado, mas, ao mesmo tempo, dependem da biodiversidade.

Um estudo publicado na Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) mostrou que as variações no clima regional vão comprometer a viabilidade de 74% das atuais terras agrícolas até 2060. Esse trabalho mobilizou 100 pesquisadores ao longo de três anos.

E, para quem ainda acredita que a monocultura é a única forma de garantir alimento para todos, a pesquisa revela que a agricultura familiar e dos povos tradicionais respondem por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa.

Os pesquisadores investigaram os caminhos para uma agropecuária mais sustentável e apontaram soluções já implementadas no Brasil que garantem a produtividade da terra mantendo a biodiversidade. É a ciência que diz: nada justifica derrubar mais mata nativa e correr o risco de perder o berço das águas de um País.

Relação familiar garante sucesso da rede Mater Dei

GESTÃO Com forte elo entre gerações e sucessão planejada há mais de 30 anos com apoio da FDC, empresa de origem mineira segue expandindo pelo País

LEONARDO MORAIS

De geração para geração, a relação entre pais e filhos, além de essencial para a formação humana, se mostra decisiva na construção de um legado dos negócios. Exemplo disso é a história do Hospital Mater Dei, uma das principais redes de saúde do País, com origem em Minas Gerais, que segue expandindo pelo Brasil após um processo de sucessão familiar planejado há mais de 30 anos.

O hospital foi fundado em 1980 por José Salvador Silva, o "Doutor Salvador". Mais de três décadas depois, em 2011, seu filho, Henrique Salvador, se tornou o presidente responsável pela condução do hospital na segunda geração familiar. E, desde o ano passado, ele deu lugar ao filho José Henrique Salvador, que é o atual CEO da rede.

A história dos três vai muito além da coincidência dos nomes – clara homenagem à figura paterna. "Meu pai é a maior referência de vida que eu tenho: como homem, profissional, médico e empreendedor", diz Henrique Salvador, ao relembrar a relação com o pai ao longo dos anos.

O patriarca e fundador do hospital, aliás, ainda atua no conselho administrativo da empresa, aos 93 anos de idade. "Meus pais sempre foram uma grande referência e agradeço muito pela base e pelos princípios de honestidade, lealdade, compromisso que me passaram", observa.

José Henrique compartilha o mesmo sentimento ao falar do pai, e revela que, desde muito cedo, ele sempre proporcionou ensinamentos em um ambiente de desenvolvimento, sonho e participação dentro de casa.

Henrique Salvador foi uma inspiração para o filho em trabalhos de inclusão social no Hospital Mater Dei e na forma como sempre encarou o trabalho. "As palavras sensibilizam, mas o exemplo que arrasta. Meu pai me ensinou a lutar pelo que é certo e evitar ir pelo caminho errado", diz o atual CEO.

Ele destaca que o amor pela família, a forma com que sempre colocou em primeiro lugar os sonhos dos filhos em relação aos seus próprios sonhos, faz do seu pai um exemplo de caráter e determinação. "Aprendi com o meu pai que vale a pena sonhar e que vale a pena sonhar grande", diz José Henrique.

"As palavras sensibilizam, mas o exemplo que arrasta. Meu pai me ensinou a lutar pelo que é certo e evitar ir pelo caminho errado"

José Henrique Salvador




Henrique Salvador e José Henrique Salvador, pai e fiho, representam segunda e terceira geração no comando da rede FOTO: DIVULGAÇÃO / MATER DEI

Projeto sucessório ajuda na transição

Projeto sucessório do Hospital Mater Dei foi elaborado em meados dos anos 90, após desafios enfrentados pela gestão na época, conta o CEO da rede, José Henrique Salvador. "Nos aproximamos da Fundação Dom Cabral (FDC) e fizemos um plano de sucessão, que inclui algumas exigências para que o próximo membro da família tenha condições de galgar planos de liderança", pontua.

Entre as condições estabelecidas ao sucessor, estão a dedicação em tempo integral à empresa, a realização de uma faculdade alinhada com o negócio, além de um período de trabalho no hospital em cargo de gerência média. Também é necessário um MBA em uma das principais escolas de negócio do mundo, além de um trabalho externo em um negócio de igual ou maior porte por três anos.

Ao comparar os dois processos de sucessão, Henrique Salvador ressalta que a terceira geração assumiu a gestão da rede de forma mais estruturada que a segunda. Dos quatro filhos, segundo ele, apenas um pode ocupar cargo diretivo na empresa para dar chance que diretores do mercado possam participar. "A sucessão não é o evento, é um processo. No nosso caso, é um processo que foi desenvolvido e planejado há 30 anos", ressalta.

O processo, para o atual CEO, é um atestado de capacitação profissional para que o hospital não seja afetado com as transições. "Em 2026 completo 20 anos de empresa, sendo 11 dedicados à preparação para ser diretor da Rede Mater Dei", destaca.

Apesar da dedicação aos processos, ambas as gerações ponderam que a maior prioridade é não deixar de lado o DNA da marca, centrada no paciente e na família. Esse objetivo, segundo eles, é facilitado pela administração em formato familiar, pois cada reunião envolve pautas genuínas de amor pela prosperidade do negócio. **(LM)**

CONTABILIDADE

Ecossistema Contábil estimula setor

MICHELLE VALVERDE

A capacitação e atualização dos profissionais da contabilidade são essenciais para transformar o futuro do setor. Desde 2022, o Ecossistema Contábil, em parceria com entidades, realiza eventos com o objetivo de reunir líderes e profissionais da contabilidade e apresentar as tendências, inovações e estimular o fortalecimento coletivo. Em 2024, a Convenção de Empreendedores Contábeis foi realizada em Belo Horizonte e reuniu 528 profissionais de 63 cidades de Minas Gerais.

De acordo com a diretora e uma das fundadoras do Ecossistema Contábil, cuja sede é em Sete Lagoas (região Central), Lusciméia Reis, os profissionais de contabilidade enfrentam muitos desafios para se manterem no mercado e economicamente sustentáveis. Os gargalos são ainda maiores no interior, onde os profissionais têm mais dificuldades em participar de capacitações.

"Nos eventos reunimos líderes e profissionais da contabilidade e promovemos o aprendizado, a troca de experiências e o fortalecimento de vínculos. Assim, escolhemos temas relevantes e fundamentais para fortalecer e desenvolver os profissionais", diz.

Evento reúne profissionais - Este ano, pela primeira vez, o Ecossistema Contábil foi na capital mineira. Realizada no final de julho, a 1ª Convenção de Empreendedores Contábeis em Belo Horizonte contou com a participação de 528 participantes de 63 cidades. O evento foi realizado pelo Ecossistema Contábil, Sebrae Minas e Rede Integrar.

Conforme Lusciméia Reis, durante o evento foram realizadas várias palestras que abordaram temas diversos e fundamentais para o setor. Entre os assuntos discutidos estão as inovações, o *marketing*, vendas, experiência do cliente, planejamento tributário como ferramenta estratégica, gestão de pessoas, ESG, Agenda 2030, inteligência artificial, entre outros. A programação incluiu ainda a internacionalização do mercado contábil e histórias inspiradoras de superação de contadores.

"Foi uma honra realizar o evento em Belo Horizonte. Estamos, através dos eventos, transformando os negócios e ajudando a fortalecer financeiramente os escritórios de contabilidade. Com o evento, também conseguimos conscientizar e estimular a cultura associativa e o cooperativismo entres os profissionais da contabilidade", destaca.

Eventos itinerantes são promovidos

Além da convenção anual, há ainda eventos itinerantes promovidos pelo Ecossistema Contábil. Ao todo, já foram 12 edições em cidades diferentes pelo interior de Minas Gerais. O objetivo é o mesmo da convenção: levar as informações essenciais do mercado para os profissionais da contabilidade. Para isso, são escolhidas cidades polos e, através de parcerias, fomentada a participação de profissionais das cidades próximas.

Conforme Lusciméia Reis, cada edição itinerante atrai cerca de 200 contadores. Ao todo, houve a capacitação de mais de 1.000 profissionais em Minas Gerais.

"A organização se dedica a gerar oportunidades inclusivas e sustentáveis, promovendo, então, a maturidade fiscal nas empresas e transformando vidas. Realizamos eventos em todo o interior de Minas Gerais, colaborando com associações de contadores, sindicatos e delegacias de CRC, sempre com o apoio de patrocinadores que acreditam no potencial do setor contábil", ressalta.

Profissional contábil é essencial – Lusciméia Reis ressalta ainda a importância do setor contábil para a economia. "O setor contábil é uma força motriz na economia nacional, são mais de 528 mil profissionais da contabilidade ativos no País. Em Minas Gerais temos 10.675 escritórios contábeis, portanto, um volume expressivo. São estes profissionais que ditam as mudanças da gestão de empresas. O profissional contábil também é o responsável pela interlocução entre empresas e governo", observa.

Conforme a representante do Ecossistema Contábil, as negociações para as próximas edições, em 2025, estão em curso. Entre os possíveis locais estão as cidades de Montes Claros, no Norte de Minas, e Ubá, na Zona da Mata. **(MV)**

Startup viabiliza casas instaladas em 48 horas

CONSTRUÇÃO Empreendimento, que é uma parceria da Hauss Brasil com o programa Minha Casa, Minha Vida, é o primeiro do tipo no País, conforme a empresa; entrega deve acontecer em outubro

DIONE AS

A cidade de Itamogi, no Sul de Minas, será a primeira do País a receber um conjunto habitacional com 150 residências construídas em fábrica e instaladas em apenas 48 horas de montagem. A previsão é de que o empreendimento seja entregue ainda em outubro deste ano.

A iniciativa é da *startup* mineira de assessoria imobiliária e soluções ágeis, Hauss Brasil, após firmar parceria com o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), da Caixa Econômica Federal.

Segundo a Hauss Brasil, além de Itamogi, outras cidades mineiras também devem receber instalações de casas industrializadas, feitas com o método conhecido como *Light Wood Frame (LWF),* que tornam as residências habitáveis em 72 horas após o fim da montagem.

Ao todo, mil residências do tipo serão distribuídas pelo Estado nos próximos 12 meses. Como a iniciativa envolve o MCMV, os imóveis serão destinados a famílias com perfil equivalente ao que propõe o regulamento do programa habitacional, ou seja, para famílias que ganham a partir de um salário mínimo, dentre elas, o público jovem.

As construções do primeiro lote serão realizadas mediante a recente vitória da empresa pela licitação que contempla a entrega das 1 mil moradias no primeiro ano de operação, o que deve gerar um faturamento superior a cifra de R$ 120 milhões.

"Nosso objetivo é esgotar a capacidade industrial do Brasil nos próximos três anos. Ou seja, queremos ter uma média de 4 mil unidades entregues por ano. E mais do que isso, queremos que outras empresas sigam por esse caminho, para que consigamos resolver o déficit habitacional e fornecer moradia adequada a toda a população. Isso é construir uma cidade inteligente de verdade", afirma o engenheiro mecânico Paulo Curió.


Itamogi, no Sul de Minas, vai receber um conjunto habitacional com 150 residências FOTO: DIVULGAÇÃO / HAUSS BRASIL

"Anteriormente à tragédia do Rio Grande do Sul já tínhamos uma grande demanda por moradias. Com os acontecimentos do primeiro semestre, este número se tornou inimaginável. O modelo de construção industrializada surge como uma alternativa mais eficaz para resolver esse déficit, até porque quem precisa, tem pressa", explica um dos fundadores da empresa, Junior Bergamin.

Além disso, a *startup* utiliza práticas de *lean construction* (construção enxuta) no canteiro de obras, o que facilita as sequências de tarefas e operações. Este formato, utilizado em linhas de produção automotiva, foi adaptado e implementado na construção civil. A iniciativa permite a redução da mão de obra e, consequentemente, custos de operações menores, criando assim moradias mais acessíveis.

"Nosso objetivo é esgotar a capacidade industrial do Brasil nos próximos três anos. Ou seja, queremos ter uma média de 4 mil unidades entregues por ano"
Paulo Curió

Habitações mais sustentáveis

Além de contribuir com a realidade de desafios habitacionais, a *startup* também busca diminuir o impacto ambiental presente no segmento. Para se ter uma ideia, cerca de 20% de todo material de uma obra convencional se torna lixo. Entretanto, com o uso da tecnologia *Light Wood Frame (LWF)*, que tornam as residências habitáveis em 72 horas após o fim da montagem, a empresa conseguiu reduzir consideravelmente a geração de resíduos sólidos e diminuir os gastos de recursos hídricos em até 95%, tendo como um dos principais recursos a madeira, vinda de fontes sustentáveis e rastreáveis desde o plantio.

Uma prática importante foi a instalação de placas de energia fotovoltaicas, que eliminam o carbono operacional da residência. Essa iniciativa faz parte do chamado "Net Zero", um movimento global que busca zerar as emissões de gases com efeito estufa na atmosfera.

"Foram mais de dois anos de pesquisas com foco no mercado de crédito de carbono e outras práticas sustentáveis. A escolha da madeira ao invés do aço se deu, principalmente, pela sua capacidade de reflorestamento, além do aço ser um derivado do petróleo. Hoje já conseguimos zerar todo o carbono operacional no canteiro e na fabricação, e estamos buscando agora ampliar esse processo para a linha de produção, seja em transporte ou armazenamento", explica o engenheiro mecânico do projeto, Paulo Curió.

Outra inovação trazida pela empresa é a presença de um conforto térmico e acústico superior aos métodos convencionais. Pela composição das paredes em sete camadas e os materiais utilizados, a variação térmica da residência é de apenas um grau – ou seja, ela sempre se mantém em uma temperatura média de 21º, independentemente da temperatura externa. Isso implica em um consumo de energia reduzido. **(DA)**

CERVEJA

Prussia Bier completa dez anos e deve dobrar produção

DIONE AS

Com uma planta fabril em São Gonçalo do Rio Abaixo, cidade com pouco mais de 12 mil moradores na região Central de Minas Gerais, a Prussia Bier está completando dez anos de operação. E, em meio às comemorações, a cervejaria prepara para dobrar sua capacidade produtiva em 2025, passando dos atuais 80 mil litros por mês para 160 mil.

Se há dez anos a Prussia surgiu como uma cervejaria de fabricação própria nas versões em lata e garrafa, hoje, além de produzir os próprios rótulos, também assume o processo de produção e envase de bebidas de outras marcas do setor.

Em entrevista ao Diário do Comércio, o CEO da Prussia Bier, Fernando Cota, relembra a origem do empreendimento. "Nós surgirmos como a segunda geração das cervejarias artesanais, sendo que, quando começamos em 2014, existiam apenas 20 cervejarias artesanais em Minas; hoje, o Estado já soma 222", compara.

Fernando Cota e o amigo de longa data Douglas Vidal decidiram unir forças e conhecimentos para criar a fábrica de cervejas. Cota deixou sua carreira de engenheiro no setor de siderurgia, enquanto Vidal, que era empresário no ramo de panificação, trouxe sua experiência para viabilizar a criação da planta fabril.

No início, o pai de Fernando, José Carlos Cota, ex-comerciante em João Monlevade, ajudou os dois a estabelecerem o negócio. "Meu pai nos ajudou muito no começo. Ele foi e continua sendo uma grande inspiração. Com a ajuda dele, nós juntamos forças: eu atuando na parte de administração e operação da empresa e o Douglas na parte comercial", relembra.

A família de Fernando possuía um terreno em São Gonçalo do Rio Abaixo, e foi esse local que escolheram para construir a planta produtiva."A fábrica existe desde o primeiro ano. Inicialmente, ela produzia 8 mil litros por mês com um único rótulo, na versão *pilsen*, justamente para estabelecer a marca na região. Hoje, temos em torno de 60 rótulos já lançados, pois a empresa realiza lançamentos mensais, porém temos 12 rótulos de linha, que são os rótulos fixos em comercialização", explica o CEO da marca.

É na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo que a história de empreendedorismo se desenrola. O município é praticamente o centro de uma região também conhecida como Médio Piracicaba, que movimenta em torno de R$ 18 bilhões ao ano na economia do Estado e é composta por 17 municípios, entre os quais estão João Monlevade, Itabira, Barão de Cocais e Santa Bárbara.

"Um ponto muito positivo é que a cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo possui uma posição geográfica e também logística muito boa, o que de certa forma favorece a produção da Prussia e sua distribuição", diz Fernando Cota.

O empresário afirma que sempre foi amante de cerveja artesanal e, ao perceber que havia uma boa oportunidade para criar a Prussia, começou a estruturar o departamento comercial. "Desde a largada sempre fomos muito profissionais e, estruturado o departamento comercial, iniciamos a venda para os mercadinhos e supermercados em toda a região", relembra.

Segundo ele, o investimento inicial para implantar a unidade produtiva foi de R$ 500 mil. Contudo, em dez anos, os investimentos em produção chegam à cifra de R$ 5 milhões. "Posso dizer que a cada ano nós crescemos e esse crescimento é numa média de 25% em faturamento ao ano", diz.

Lançamentos serão mensais

A Cervejaria Prussia pretende lançar um rótulo especial por mês ao mercado, o que permite que a marca conquiste clientes e ganhe aderência fiel por um público que busca sempre por novidades. Apesar da esteira de rótulos constantemente em movimento, há aqueles que estão sempre nas gôndolas físicas ou nas digitais, como é o caso do *e-commerce* da empresa, que foi criado em 2020.

Para o CEO da empresa, Fernando Cota, a ideia de investir no comércio digital de bebidas representava uma nova perspectiva. Naquela época, essa possibilidade parecia distante, especialmente considerando a importância que a estratégia assumiu atualmente, com as vendas eletrônicas da Prussia chegando aos 50% do volume total.

"Hoje somos o maior *e-commerce* de venda direta do Brasil para o consumidor final. Apesar de existirem cervejarias maiores que a nossa, que são as grandes indústrias como a Ambev, no segmento de fabricante para consumidor final, somos os líderes", afirma Fernando Cota, que lembra que a mensuração é feita a partir do balanço dos resultados da concorrência.

Após a criação do *e-commerce*, a primeira expansão ocorreu em 2021, quando foi dobrada a capacidade produtiva em relação a 2020. "Para 2025, a meta é alcançar os 160 mil litros", diz.

A novidade agora é o lançamento do rótulo comemorativo de dez anos não alcoólico, batizado de Fake Ipa. **(DA)**

CONJUNTURA

Vendas de imóveis em alta

MERCADO IMOBILIÁRIO Negócios em BH cresceram 2,4% no primeiro semestre, aponta CMI/Secovi-MG

MARCO AURÉLIO NEVES

O mercado imobiliário de Belo Horizonte e de Minas Gerais está aquecido tanto na venda quanto no aluguel de imóveis, de acordo com a Câmara do Mercado Imobiliário e Sindicato da Habitação de Minas Gerais (CMI/Secovi-MG).

No primeiro semestre deste ano, comparado com o mesmo período do ano passado, as vendas na Capital do mercado total, imóveis residenciais, comerciais, novos e usados, aumentaram 2,4%, com alta de 6% no valor médio comercializado.

Já as vendas de apartamentos, responsáveis por 76% do mercado de Belo Horizonte, cresceram 5,8% nos primeiros seis meses de 2024 em relação aos seis primeiros meses de 2023. E o valor médio foi 5,6% superior ao praticado no exercício anterior.



Valor médio dos imóveis negociados em Belo Horizonte aumentou 6% no primeiro semestre deste ano FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE

"Se a gente continuar na mesma tendência, provavelmente vamos ter um ano, considerando o mercado total, em torno de 3,5% a 4% a mais na quantidade de imóveis comercializados em relação ao ano de 2023 em BH", disse o diretor de Pesquisa, Estatística e Tecnologia da Informação da CMI/Secovi-MG, Leonardo Matos.

Ele aponta também para os dados segmentados das vendas de imóveis por faixa de preço na capital mineira. A faixa para moradias no valor de até R$ 236 mil teve queda de 14,6% nas vendas do primeiro semestre em BH, a única categoria com variação negativa no período.

Já nas vendas de imóveis de até R$ 500 mil, maior fatia do mercado imobiliário, houve crescimento de 9,7%. "O segmento mais significativo chegar a quase 10% puxa muito o mercado, porque é a maior parte dele", ressalta Matos. Ele pontua também o aquecimento do mercado de casas e apartamentos com valores acima de R$ 1 milhão.

Nesses segmentos, as vendas no primeiro semestre deste ano, em Belo Horizonte, subiram 9% para moradias de até R$ 1,5 milhão, 28% para casas e apartamentos de até 3 milhões, e 12,8% para imóveis com preços acima de R$ 3 milhões.

Aluguéis - Já em relação aos aluguéis, o mercado imobiliário da Capital e do Estado também está bem aquecido. Entretanto, diferente das vendas, Leonardo Matos esclarece que há baixa disponibilidade de locais para locação em Belo Horizonte. "Hoje existem pouquíssimos imóveis para locação. É uma necessidade um bom imóvel bem localizado e atualizado. Um imóvel que se encontra em bom estado aluga muito rápido".

Ele afirma que imóveis que não estão em um bom estado de conservação e/ou mal localizados, continuarão com dificuldade para locação, mesmo com mercado aquecido. "De repente, pode trabalhar isso ajustando o valor. Agora aquele imóvel bom, bem montado, no preço de mercado, esse está raro", finaliza.

> **"Se a gente continuar na mesma tendência, provavelmente vamos ter um ano, (...) , em torno de 3,5% a 4% a mais na quantidade de imóveis"**
>
> Leonardo Matos

Minha Casa, Minha Vida impulsiona interior do Estado

O diretor do CMI/Secovi, Leonardo Matos, explica que o mercado imobiliário ao redor do Estado tem acompanhado o desempenho de vendas da Capital. O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), do governo federal, é um diferencial para as cidades do interior e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Diferente de BH, essas cidades contam com muitas áreas para a construção de moradias populares. "Há um movimento, vários municípios correndo para aprovar e lançar construções e empreendimentos que se encaixem no MCMV. Isso influencia muitos negócios no interior", revela Matos.

Ele declara que a tendência é que o programa impulsione o mercado imobiliário ainda mais na segunda metade do ano. "O governo federal está incentivando bem essa questão do MCMV e acredito que no segundo semestre vão ocorrer vários lançamentos, que vão ajudar a melhorar o resultado de 2024 contra o ano de 2023", afirma.

Leonardo Matos considera que as atuais condições de crédito poderiam ser melhores para o mercado imobiliário, mas estão estáveis nos últimos dois anos e ainda em um patamar confortável para o mercado absorver. **(MAN)**

BANCO CENTRAL

Empresários mantêm expectativa neutra com a economia

Brasília - Na tentativa de ampliar o leque de consultas que faz sobre o quadro econômico do País, o Banco Central buscará, a partir da Pesquisa Firmus, captar a percepção de empresas não financeiras em relação à situação de seus negócios e às variáveis econômicas que podem influenciar as decisões.

Ainda em sua fase piloto - e na busca por "avaliar a clareza e a eficácia de diferentes tipos e formulações de perguntas" –, o estudo observou que, em maio de 2024, o sentimento predominante desses empresários do setor não financeiro em relação à atual situação econômica do País é neutro (35,9%) ou discretamente positivo (33,7%). Para 28,3%, o sentimento predominante é discretamente negativo.

Perguntados sobre a expectativa para a taxa de crescimento real de seu setor em comparação à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), a maior fatia de empresários (34,8%) disse que ela está "discretamente acima" – ou seja, será maior do que o crescimento do PIB.

Para 30,4%, ela estará em linha; para 17,4%, será "discretamente abaixo"; para 13%, "fortemente acima"; e para 4,3%, "fortemente abaixo".

Mais da metade dos empresários participantes do levantamento (51,1%) trabalha com a expectativa de que a taxa de crescimento real do PIB brasileiro de 2024 ficará na faixa dos 2%. Já em relação à inflação, 44,6% acreditam que ela fechará 2024 na faixa dos 4%.

Mão de obra e preços - O estudo também indicou que 46,7% dos empresários dos setores não financeiros estimam que o custo de mão de obra aumentará entre 4% e 6% nos próximos 12 meses. Para 34,8%, este custo crescerá entre 2% e 4%. E para 13%, a estimativa é de que o aumento do custo de mão de obra será superior a 6%.

Perguntados sobre a variação esperada para os preços de seus produtos, comparados com a inflação prevista para o período, 41,3% responderam que ela estará "em linha", enquanto 32,6% disseram que os preços serão alinhados "discretamente acima" da inflação projetada. Para 16,3%, os preços ficarão "discretamente abaixo", enquanto 6,5% e 3,3% acreditam que estará "fortemente acima" ou "fortemente abaixo", respectivamente.

Com relação à margem dos resultados projetados para a empresa nos próximos 12 meses, a expectativa de 37% dos empresários consultados é de que ela esteja "em linha" com o resultado atual. Para 34,8%, o resultado ficará "discretamente acima", enquanto 21,7% projetam resultados "discretamente abaixo" dos atuais. O mesmo percentual (3,3%) disse ter expectativa de resultados fortemente abaixo e fortemente acima dos atuais.

A pesquisa ouviu 92 empresários de setores não financeiros entre os dias 13 e 31 de maio de 2024.

Segundo o Banco Central, ela será divulgada trimestralmente. Duas outras foram feitas em novembro de 2023 e fevereiro de 2024, mas, como todas, ainda estão na fase piloto, e houve mudanças metodológicas e revisões de questionários que inviabilizam uma comparação adequada dos dados obtidos. **(ABr)**

MERCADO DE TRABALHO

Consumo maior resultará em empregos, diz Marinho

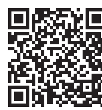
São Paulo - O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou ontem que a maior capacidade de consumo da população influencia novas contratações de funcionários por parte dos empresários. "Muita gente fala sobre como gerar empregos, mas não há milagre se o povo não tiver capacidade de consumo", disse pela manhã, em São Paulo, durante a abertura do Mutirão de Emprego, iniciativa que oferece 20 mil vagas em diversas áreas.

Na abertura do evento, na sede do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, o presidente da entidade e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, disse que a iniciativa de oferecer mais de 20 mil vagas em diversas áreas e cursos profissionalizantes é uma resposta direta ao desemprego. O ministro Luiz Marinho enfatizou que a busca dos trabalhadores por melhores condições de emprego é um sinal positivo do aquecimento da economia.

A baixa temperatura nas primeiras horas desta segunda-feira em São Paulo não foi impedimento para candidatos a um posto de trabalho, que formaram fila no local.

O Mutirão de Emprego é uma iniciativa do governo federal e da UGT, e reúne sindicatos e empresários de diversas áreas. As ofertas de emprego são variadas e também são oferecidos cursos de formação.

ODS - Alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Ministério do Trabalho e Emprego, de aumentar a participação feminina dentro das empresas, há iniciativas específicas, como é o caso de 20 bolsas de estudos em escola de formação em vigilante patrimonial com extensão para carro-forte de Norte a Sul do país, oferecidas às mulheres pela Tecban. As inscrições vão até 20 de setembro. **(ABr)**



Projeto busca a regulamentação de jogos eletrônicos na Capital

AMBIENTE VIRTUAL Proposta do vereador Clayton Xavier tramita na Câmara Municipal de Belo Horizonte

JULIANA SODRÉ

Com o intuito de reconhecer o esporte eletrônico como modalidade esportiva e o jogador como atleta, o vereador Clayton Xavier (MDB) apresentou o Projeto de Lei (PL) 894/2024 que tramita pelas comissões da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Se aprovado, o projeto pretende trazer benefícios e incentivos para o mundo *gamer* e tecnológico da cidade.

Numa definição simples, os *e-sports* são competições de jogos eletrônicos em que jogadores (ou atletas) disputam partidas presencial ou virtualmente, em plataformas de *streaming*. Na maioria dos eventos presenciais há a presença de espectadores e até torcidas.

De acordo com o Global Esports Market Report da Newzoo, uma das empresas mais confiáveis e citadas do mundo para *insights* e análises no mundo dos esportes eletrônicos, o mercado global de jogos gerou US$ 183,9 bilhões em 2023, com previsão de crescimento de 0,5% em 2024 e expectativa de atingir US$ 207 bilhões em 2026.

No Brasil, ainda há uma dificuldade de compilar os números econômicos, até pelo esporte eletrônico não ser regulamentado em todo o País. Rio de Janeiro, Salvador e Brasília possuem leis municipais que reconhecem a modalidade. Em âmbito estadual, Ceará, Alagoas, Amapá, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina e Paraná também já reconhecem o esporte eletrônico como modalidade esportiva.

De acordo com a advogada especializada que contribuiu com a redação do projeto de lei da capital mineira, Soraya Vasconcelos, se aprovada, a lei representará um avanço significativo para Belo Horizonte, trazendo inúmeros benefícios e incentivos.

Formação profissional - "A iniciativa abre caminho para a criação de espaços públicos dedicados aos *e-sports*, como arenas *gamers* públicas, onde poderão não apenas realizar competições, mas também oferecer cursos para formação profissional de jovens de baixa renda", avalia a advogada.

Na opinião dela, esses espaços serão fundamentais para fomentar o desenvolvimento de novas habilidades e preparar as futuras gerações para um mercado em constante expansão e com várias possibilidades profissionais. "Além disso, para o jogador serão garantidos os direitos e benefícios governamentais já cedidos aos atletas profissionais tradicionais, bem como os benefícios de direitos trabalhistas", ponderou.

Outra possibilidade, segundo a advogada, se aprovada, a lei viabilizará a realização de seminários e feiras relacionados ao tema com possibilidade de incentivo público. "E colocará Belo Horizonte em destaque no cenário nacional dos *e-sports*, gerando emprego, fomentando o turismo e impulsionando a economia local", argumenta.

> **"Para os jogadores, serão garantidos os direitos e benefícios já cedidos aos atletas tradicionais. bem como os benefícios de direitos trabalhistas"**
> Soraya Vasconcelos



O Projeto de Lei 894/2024 prevê o reconhecimentos dos jogos eletrônicos como modalidade esportiva na capital mineira FOTO: DIVULGAÇÃO / LUANA SANTOS

Competição olímpica será realizada a cada 2 anos, decidem os membros do COI

No dia 23 de julho, membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) oficializaram por unanimidade a criação dos Jogos Olímpicos de *e-sports* a cada dois anos. A primeira edição será realizada em 2025, na Arábia Saudita. Para o presidente da Confederação Brasileira de Games e e-Sports (CDBGE), Leo Fontes, a conquista é um marco que contribuirá para o fomento do setor e mostra que o trabalho precisa ser feito ainda com mais responsabilidade e seriedade.

"O cenário do *e-sport* no mundo possui grande representatividade e tem uma fatia de economia maior que a do cinema e da música, juntos. O Brasil possui um cenário também forte sendo um dos top 10 de consumo de *games* no mundo. Recentemente tivemos o anúncio do marco legal de *games* que traz benefícios e reforça o entendimento que o mercado *gamer* movimenta um volume financeiro grande e há uma tendência de mercado que vale a pena investir e desenvolver", ressalta.

Fontes explica que, apesar dessa força, dentro do Brasil faltam o entendimento e a cultura do que é o mercado de *games* como um todo. "O bloqueio não é só a falta do desenvolvimento e do investimento. É também a falta do conhecimento. A confederação tem como viés o fomento do cenário para que isso mude", afirma.

Analisando o mercado mineiro, Fontes enxerga uma força de desenvolvimento forte. "O Estado possui atletas a nível internacional e tem tudo para ser um grande polo de atletas, de desenvolvimento e de fomento do cenário nacional", diz.

No Brasil, os números são difíceis em função do setor ainda não ser regulamentado no âmbito federal. Alguns estudos, como o da Go Gamers, empresa de consultoria especializada no mercado de games da SX Group, considera que há dez anos os *e-sports* se consolidaram no Brasil fazendo deles um dos principais ecossistemas de consumo e experiência para os *gamers* brasileiros.

De acordo com a Pesquisa Game Brasil divulgada pela instituição, a modalidade cresceu em média 49% anualmente nos últimos cinco anos no País e a popularidade se mantém sólida. O estudo mostra que 63,8% dos respondentes dizem acompanhar ou assistir *e-sports*.

Dados da Associação Brasileira dos Desenvolvedores de Jogos Digitais (Abragames) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (ApexBrasil) mostram que em 2022 (dado mais recente), o País alcançou o quinto maior mercado consumidor do planeta, com cerca de 101 milhões de jogadores. Já em volume de recursos, o País ficou em 10º lugar, movimentando R$ 2,2 bilhões. **(JS)**

LEI DOS CAMINHONEIROS

Normas podem gerar passivo bilionário para empresas

São Paulo - Quase dez anos após a publicação da Lei dos Caminhoneiros, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda debate pontos da regra, que podem criar um passivo trabalhista bilionário para as empresas do setor, calculado em R$ 255,6 bilhões.

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.322, contestando parte da lei 13.103, de 2 de março de 2015, ocorreu em junho do ano passado, mas dois recursos pedindo esclarecimentos da decisão voltaram à corte neste mês.

Em 2 de agosto, o plenário virtual do Supremo começou a discutir os embargos de declaração apresentados por representantes das empresas de transporte e dos trabalhadores, mas o debate foi interrompido na última quinta-feira (8), após pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

O pedido de vista é uma solicitação de mais prazo para analisar o tema. Por regra, o ministro tem prazo de até 90 dias para devolver o processo e, então, novo julgamento será marcado.

Um dos principais pontos a serem esclarecidos pelo STF é a partir de que data devem ser aplicados os entendimentos dos ministros definidos no julgamento do ano passado: se a partir da data de entrada da lei em vigor ou se após o julgamento da corte.

A defesa feita tanto por trabalhadores quanto por empregadores é de que o marco seja a partir de junho de 2023, quando ocorreu ou julgamento, e os efeitos não sejam retroativos, ou seja, não valham desde que a legislação foi publicada.

O motivo é que a Lei dos Caminhoneiros aprovada por Câmara e Senado no governo Dilma Rousseff (PT) trouxe dispositivos considerados inconstitucionais pelos ministros do STF. Entre eles estão as regras do descanso semanal remunerado e do intervalo interjornada, entre um dia e outro de trabalho.

O Supremo julgou também o tempo de espera pela carga como sendo de trabalho e não de descanso, e entendeu que não é constitucional o motorista descansar com o caminhão em movimento, que se dá com revezamento entre dois motoristas - enquanto um dirige o outro dorme.

Flexibilização - Segundo o advogado Orlando Maia Neto, sócio do Ayres Britto Advocacia e que atua no processo como *amicus curiae* (amigo da corte) representando as empresas do setor de transporte de combustível, a legislação permitia a flexibilização de alguns direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre eles a divisão do tempo de descanso interjornada, o descanso em movimento e não fazer a pausa semanal em viagens longas.

Pela lei de 2015, o motorista poderia descansar menos horas entre um dia de trabalho e outro e acumular as horas faltantes para tirá-las no futuro. O mesmo ocorria com o descanso semanal. Em viagens longas, o caminhoneiro também podia ficar sem folga e, depois, tirava esse período ao voltar para a cidade de origem, chamada de base.

"As empresas seguiam como estava na lei, porque, na realidade, a lei refletiu uma prática que já ocorria", diz o especialista, que é advogado do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). "As empresas e os trabalhadores em si acordavam de descansar só lá na frente, mas o Supremo falou que isso não dá", ressalta.

Como a regra foi considerada inconstitucional, é preciso cumprir os prazos de descanso entre uma jornada e outra e nas viagens longas, além de contar na jornada o período em que o motorista espera o caminhão ser carregado. Com isso, o setor de transporte estima ser necessário aumentar em 20% a frota de caminhões.

Maia Neto afirma que, no setor de transporte de combustíveis, há ainda um agravante, que é o fato de caminhão precisar ser adaptado e o motorista é especializado e precisa passar por cursos, com isso, aumentar a frota não seria tão simples.

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que representa empregadores, pediu ao menos mais dois anos para se adequar, e voltou a requerer a possibilidade de descanso em movimento. As duas solicitações, no entanto, já foram negadas pelo ministro relator, Alexandre de Moraes.

O voto do relator foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia. Depois, houve pedido de vista de Dias Toffoli. Ao retomar o julgamento, Toffoli será o primeiro a apresentar seu voto. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**



FINANÇAS

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

CRISTIANE LEITE



Jornalista. Planejadora financeira. Possui experiência em atendimentos individual e familiar. Pós-graduada em planejamento financeiro e em gestão estratégica da comunicação

Brasileiros estão despreparados para a aposentadoria

Pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em parceria com o Datafolha, mostra uma realidade preocupante sobre o planejamento financeiro para a aposentadoria no Brasil. Segundo a 7ª edição do Raio X do Investidor, 19% dos brasileiros não aposentados estão se preparando financeiramente para essa fase da vida. O dado reflete a falta de conscientização e a ausência de uma cultura sólida de planejamento de longo prazo no País.

Ainda segundo a pesquisa, 58% das pessoas afirmam que, embora ainda não tenham começado, pretendem poupar para a aposentadoria. No entanto, 23% não têm qualquer plano para criar uma reserva financeira para o futuro. Essa falta de preparo é especialmente acentuada entre as classes sociais que recebem salários mais baixos. Na classe D/E, apenas 10% estão se preparando financeiramente, enquanto na classe A/B, 32% já tomaram medidas para garantir um futuro mais estável.

Uma confiança excessiva no sistema de previdência pública (INSS) também contribui para esse cenário. Metade (50%) da população não aposentada acredita que o INSS será a principal fonte de renda durante a aposentadoria. Esse número cresceu seis pontos percentuais em relação ao levantamento do ano anterior (44%), um indicativo claro da confiança desproporcional dos brasileiros em um sistema que muitas vezes não consegue suprir todas as necessidades financeiras na velhice.

A pesquisa também mostra que muitas pessoas pretendem continuar trabalhando após a aposentadoria. Cerca de 17% planejam complementar sua renda com trabalho, ignorando os desafios que podem surgir com a idade, como limitações de saúde e mobilidade. Ainda de acordo com o levantamento, 10% dos entrevistados consideram as aplicações financeiras uma fonte viável de renda na aposentadoria, enquanto planos de previdência privada são citados por apenas 3%. Esse descompasso entre expectativa e realidade é ainda mais evidente entre aqueles que já estão aposentados: 88% desse grupo dependem majoritariamente do INSS, mesmo entre a classe A/B.

A falta de planejamento financeiro para a aposentadoria não é apenas um problema individual, mas tem impactos sociais mais amplos. A dependência exclusiva do INSS pode levar a uma redução drástica na qualidade de vida na velhice, afetando não apenas os aposentados, mas também as suas famílias.

A confiança exclusiva na previdência pública é imprudente e pode resultar em um futuro financeiramente instável para muitos brasileiros. É preciso garantir que as próximas gerações tenham acesso a uma aposentadoria mais digna e tranquila. Com políticas públicas eficazes e um esforço conjunto entre o governo, instituições financeiras e educacionais, é possível reverter essa tendência e construir um futuro mais próspero e com equidade para todos. %

BC fará o que for preciso para trazer a inflação para a meta, diz Campos Neto

% POLÍTICA MONETÁRIA Presidente do Banco Central garante que o compromisso firmado pelos diretores da autarquia está "sedimentado"

São Paulo - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que está "sedimentado" entre os diretores da autarquia a mensagem consensual de que farão o que for preciso para trazer a inflação para a meta independentemente de quem for o presidente do BC.

Durante palestra em evento de inauguração de novo *campus* da Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo, Campos Neto ainda afirmou que o ambiente de inflação acima da meta e expectativas desancoradas é motivo de preocupação, acrescentando que o BC tem feito o máximo para mostrar que suas decisões são técnicas.

> **"A gente tem feito o máximo possível no sentido de mostrar que é técnico, que o grupo é coeso, que não importa quem vai estar lá que o BC vai agir sempre de forma técnica"**
> Roberto Campos Neto

"A gente tem tido uma mensagem inequívoca e consensual de que o BC vai fazer o que for preciso para trazer a inflação para a meta, é muito importante, e é independente de quem seja o presidente, de qual seja o mandato, isso está bem sedimentado no grupo que temos hoje", disse. "A gente tem feito o máximo possível no sentido de mostrar que é técnico, que o grupo é coeso, que não importa quem vai estar lá que o BC vai agir sempre de forma técnica", acrescentou.

Campos Neto afirmou que a inflação acumulada em 12 meses no Brasil - que alcançou em julho o teto da meta, de 4,5% - vinha desacelerando e recentemente "subiu um pouquinho", ponderando que os itens menos voláteis estão relativamente comportados.

Na apresentação na FGV, o presidente do Banco Central disse que as políticas fiscal e monetária são fatores que geram incerteza e elevação de prêmio de risco no País, argumentando que o BC tem feito esforço para mostrar que trabalha com seriedade para levar a inflação à meta de 3%.

"Exagero" - Do lado fiscal, ele disse que o governo também tem feito um esforço grande e que o prêmio de risco tende a diminuir se o efeito dessa atuação se concretizar. Ele ponderou que "tem muito exagero" nas percepções de mercado, que não acredita nos compromissos fixados pelo governo.

Em relação à atividade econômica, o presidente do BC disse que o País continua a apresentar números bons, acima do esperado, enfatizando que as surpresas têm se disseminado um pouco mais.

Campos Neto voltou a afirmar que o juro real - diferença entre a taxa básica de juros e a inflação - no Brasil é muito alto, mas roda em patamar mais baixo do que o observado historicamente no País.

Ele argumentou ser mais importante olhar para o esforço monetário, a diferença entre o juro real e o juro neutro, patamar que não estimula nem retrai a atividade. Isso porque uma taxa neutra mais alta reduz o efeito da taxa básica de juros sobre a economia.

Atualmente, o BC trabalha com uma hipótese de taxa real neutra de 4,75%, patamar alcançado após ter sido elevado em 0,25 ponto percentual em junho. **(Reuters)** %



Campos Neto ressalta que a fixação de uma taxa neutra mais alta reduz o efeito da taxa básica de juros sobre a economia FOTO: BRENDAN MCDERMID REUTERS

Cenário de uma recessão nos EUA acende o sinal de alerta

São Paulo - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que os mercados amplificam a repercussão de uma eventual recessão nos Estados Unidos (EUA) sabendo que bancos centrais ao redor do mundo serão seletivos para atuar durante dificuldades econômicas.

"O mercado começou a entender que a barra para socorro por parte do BC ficou muito mais alta. Governos estão endividados e espaço fiscal é muito menor", disse, durante inauguração de novo *campus* da Fundação Getulio Vargas, em São Paulo.

A possibilidade de uma recessão nos Estados Unidos preocupa investidores desde o início do mês, quando a maior economia do mundo liberou dados mais fracos do que o esperado sobre o mercado de trabalho.

Nos dois dias seguintes à divulgação, as ações americanas caíram cerca de 5% e o dólar perdeu força ante outras divisas. O índice Nikkei 225, da Bolsa de Tóquio, despencou 12,4%, a maior queda desde 1987.

Parte das movimentações já foi revertida e a recessão não faz parte do cenário-base do Banco Central. Entretanto, inseguranças fazem com que a volatilidade ainda possa persistir por mais tempo, segundo Campos Neto.

"O fiscal dos países está bem pior do que era antes da pandemia, ou dez anos atrás. Depois, com esse movimento dos BCs comprarem muitos títulos, eles tiveram perdas muito grande nos balanços", disse. "A taxa de juros está muito mais alta, então custa muito mais rolar essa dívida", ressaltou.

O presidente do BC disse que o País precisa "ganhar credibilidade" com compromissos nos âmbitos fiscal e monetário. "Temos diferença grande entre previsão de mercado e compromisso do resultado primário. O Brasil precisa fazer esforço extra no médio prazo para convencer que teremos convergência de dívida", afirmou.

No mesmo evento, o economista traçou panorama sobre impactos do aumento das importações chinesas. "Resta a dúvida do que acontece se tivermos reações comerciais fortes dos EUA e Europa. Algumas estimativas de impacto sobre o PIB da China vão de 1% a 2,5% no PIB, o que tem forte implicação em preço de commodities e em economias emergentes, como o Brasil", disse. **(Laura Intrieri/Folhapress)** %

Mercado aumenta a estimativa de inflação em 2024 para 4,2%

BOLETIM FOCUS Taxa básica de juros deve encerrar o ano no patamar atual, em 10,5%, preveem as instituições financeiras consultadas na pesquisa do Banco Central

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, aumentou, passando de 4,12% para 4,2% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação variou de 3,98% para 3,97%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de inflação, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em julho, puxado principalmente pelo preço da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a inflação do País foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de inflação.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Diante de um ambiente externo adverso e do aumento das incertezas econômicas, na última reunião no fim de julho, o BC decidiu pela manutenção da Selic, pela segunda vez seguida, após um ciclo de sete reduções que foi de agosto de 2023 a maio de 2024.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 9,75% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

PIB - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano se manteve em 2,2%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) é crescimento de 1,92%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%. A previsão de cotação do dólar está em R$ 5,30 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique nesse mesmo patamar. **(ABr)**

"A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano se manteve em 2,2%"



O levantamento semanal do Banco Central aponta que a cotação do dólar ficará em R$ 5,30 no fim de 2024 FOTO: RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

Indicadores Econômicos

Dólar

		12/08/2024	09/08/2024	08/08/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4950	R$ 5,5140	R$ 5,5740
	VENDA	R$ 5,4960	R$ 5,5150	R$ 5,5740
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4905	R$ 5,5109	R$ 5,6166
	VENDA	R$ 5,4911	R$ 5,5115	R$ 5,6172
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5360	R$ 5,5430	R$ 5,6140
	VENDA	R$ 5,7160	R$ 5,7230	R$ 5,7940

Fonte: BC

Inflação

Índices	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	-	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	-	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	-	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	-	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	-	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	-	5,06%	6,97%

TR/Poupança

04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	09/08 a 09/09	0,0671	0,5674

Ouro

	12/08/2024	09/08/2024	08/08/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.472,26	US$ 2.431,10	US$ 2.427,07
BM&F-SP (g)	R$ 434,03	R$ 430,87	R$ 436,74

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08
UPC (R$)	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50

Reservas Internacionais

09/08.. US$ 365.760 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7855	0,8005
COLON/COSTA RICA	35	0,3502	0,3534
COLON/EL SALVADOR	40	0,01028	0,01046
COROA DINAMARQUESA	55	0,804	0,8041
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03967	0,03975
COROA NORUEGUESA	65	0,5088	0,509
COROA SUECA	70	0,5215	0,5217
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4947	1,4951
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6204	3,6214
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4905	5,4911
DOLAR CANADENSE	165	3,9948	3,9967
DOLAR DA GUIANA	170	0,02609	0,0264
DOLAR CAYMAN	190	6,5754	6,6559
DOLAR CINGAPURA	195	4,1447	4,1458
DOLAR HONG KONG	205	0,7047	0,7048
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8044	0,8136
DOLAR DOS EUA	220	5,4905	5,4911
FORINT/HUNGRIA	345	0,01522	0,01523
FRANCO SUICO	425	6,3291	6,3313
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007252	0,0007271
IENE	470	0,0372	0,03722
LIBRA/EGITO	535	0,1112	0,1114
LIBRA ESTERLINA	540	7,0119	7,0132
LIBRA/LIBANO	560	0,0000613	0,0000614
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004222	0,0004224
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1692	0,1693
NOVO SOL/PERU	660	1,465	1,4664
PESO ARGENTINO	665	0,06537	0,06542
PESO CHILE	715	0,005883	0,005887
PESO/COLOMBIA	720	0,001352	0,001352
PESO/CUBA	725	0,2288	0,2288
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09174	0,09233
PESO/FILIPINAS	735	0,09579	0,09583
PESO/MEXICO	741	0,2889	0,289
PESO/URUGUAIO	745	0,1364	0,1366
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7075	0,7104
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002607	0,002623
RENMINBI HONG KONG	796	0,7646	0,7648
RIAL/CATAR	800	1,5053	1,5063
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4626	1,463
RINGGIT/MALASIA	828	1,2305	1,234
RUBLO/RUSSIA	830	0,06022	0,06023
RUPIA/INDIA	860	0,06538	0,06543
WON COREIA SUL	930	0,004007	0,004009
EURO	978	5,9995	6,0007

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

30/07	0,01366062	3,04906731
31/07	0,01366106	3,04916471
01/08	0,01365069	3,04685151
02/08	0,01365110	3,04694231
03/08	0,01365165	3,04706510
04/08	0,01365218	3,04718375
05/08	0,01365271	3,04730130
06/08	0,01365297	3,04736086
07/08	0,01365297	3,04736086
08/08	0,01365297	3,04736086
09/08	0,01365340	3,04745588
10/08	0,01365397	3,04758326
11/08	0,01365452	3,04770553
12/08	0,01365512	3,04783887
13/08	0,01365539	3,04789967

Fonte: Fenaseg

TBF

02/08 a 02/09	0,7689
03/08 a 03/09	0,7694
04/08 a 04/09	0,8062
05/08 a 05/09	0,8430
06/08 a 06/09	0,8425
07/08 a 07/09	0,8439

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

Dia 14

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de junho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º).
Internet

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de julho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028

Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.08.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

Dia 15

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de julho/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.07.2024.
Darf Comum (2 vias)

DCP - Demonstrativo de Crédito Presumido (DCP) - Entrega do DCP relativo ao 2º trimestre/2024 (abril-maio-junho/2024) pela empresa produtora e exportadora que proceda à apuração de crédito presumido do IPI, de forma centralizada pela matriz.
(Instrução Normativa SRF nº 419/2004, art. 22; Instrução Normativa SRF nº 420/2004, art. 26, caput; Instrução Normativa RFB nº 1.137/2011)

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de julho/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a entrega da DCTFWeb pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 10, caput e § 1º)
Internet

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de julho/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º)
Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização.
Internet

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência julho/2024 devidas pelos contribuintes individuais, segurados facultativos e especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual.



VARIEDADES

Uma semana toda para comemorar o pão de queijo

IRIS AGUIAR*

Para celebrar o Dia do Pão de Queijo em 17 de agosto, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG) preparou uma série de ações e atividades especiais para a Semana Integrada do Pão de Queijo. O evento vai até o este sábado (17) na Faculdade Senac e no Mercado Central.

Totalmente gratuito, vai oferecer ao público atividades que abordam as origens do pão de queijo, sua importância cultural para Minas Gerais e as diversas formas de preparo. Palestras e *workshops* serão realizados na Faculdade Senac, no Barro Preto, região Centro-Sul de Belo Horizonte, nos 13 e 16. Ontem (12), já teve esta programação.

As inscrições para participar das atividades da semana podem ser feitas pelo seguinte site: *doity.com.br*. Já no dia 17, quando se comemora oficialmente o Dia Nacional do Pão de Queijo, haverá distribuição da iguaria, preparada durante os *workshops* e também pelos alunos do curso superior de Gastronomia da Faculdade Senac, no Mercado Central de Belo Horizonte.

No local, haverá ainda exposições e oficinas práticas de preparo das receitas. A coordenadora de extensão da Faculdade Senac, Cristiana Lopes, ressalta a tradição da data: "A Faculdade Senac celebra o Dia do Pão de Queijo desde 2016. Este ano, com a Semana Integrada e diversas atividades em dias e horários diferentes, podemos alcançar mais pessoas. Convidamos todos a explorar as nuances históricas, culturais e gastronômicas que fazem do pão de queijo mineiro um ícone amado em Minas, no Brasil e no mundo".



Pão de queijo é um dos grandes representantes da gastronomia mineira e conhecido mundialmente FOTO: DIVULGAÇÃO / FERNANDA NEVES

Com ou sem escaldo? Também no Mercado Central, o Programa Primórdios da Cozinha Mineira, uma iniciativa de pesquisa e resgate gastronômico do Senac, investiga uma questão polêmica: "Afinal, o Pão de Queijo deve ser escaldado ou não durante o preparo? E por quê?"

O escaldo geralmente envolve leite, água, óleo e sal fervidos, que são misturados ao polvilho até formar uma massa consistente. O público poderá participar de uma pesquisa *on-line* enquanto degusta ambas as versões da receita.

O tema também será abordado na "Cozinha laboratório: Experiências com o pão de queijo", que ocorrerá no dia 17, na Cozinha Didática do Mercado Central. A experiência será realizada em três sessões, com inscrições gratuitas.

A assessora de projetos especiais do Senac e responsável pelo programa Primórdios, Vani Pedrosa, destaca que a questão vai além do sabor. "Essa é uma discussão que remete à origem do pão de queijo. Como ele se tornou o que é hoje em Minas Gerais, atravessando fronteiras e até se tornando ingrediente de muitas outras receitas? O Senac, como um laboratório técnico de desenvolvimento de práticas gastronômicas, oferece um olhar aprofundado sobre a técnica", explica a assesora.

Quem quiser saber a programação completa do evento, é só acessar o site do Diário do Comércio que está tudo lá: *diariodocomercio.com.br*. ***(*Estagiária, sob supervisão da edição)***



Escaldar ou não escaldar o pão de queijo? Programação vai discutir FOTO: DIVULGAÇÃO / GENILTON RODRIGUES

Diário do Comércio em mais um prêmio

KLAUCIUS RICARDO*

O Diário do Comércio está concorrendo ao 1º Prêmio Economia Mineira na modalidade "Destaque Mídia", destinada a veículos e entidades da área da comunicação que transmitem informações econômicas com transparência e qualidade para a sociedade.

A premiação celebra os 59 anos do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), além de homenagear as instituições e economistas que atuam na área e colaboram para o fomento da economia em seus diversos campos.

As demais categorias do Prêmio Economia Mineira incluem:

***Registro mais antigo:** destinado a economistas com o registro mais antigo no Corecon-MG;

***Personalidade econômica do ano:** voltado para o profissional destaque em ciências econômicas no ano;

***Destaque academia:** destinada para entidades do ensino superior referências no desenvolvimento do curso de economia;

***Destaque técnico:** voltado para instituições que se destacam na aplicação prática da economia;

***Mulher economista:** visa celebrar o trabalho das mulheres economistas na área.

O evento de premiação será hoje, terça-feira (13), às 19h, na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG), na avenida Álvares Cabral, 1.600, no bairro Santo Agostinho.

A realização é uma parceria do Conselho Regional de Economia com o Corecon Acadêmico Minas, Sindicato de Economistas de Minas Gerais (Sindecon-MG), Associação dos Economistas pela Democracia (Abed) e a Associação dos Economistas de Minas Gerais (Assemg).

A lista completa dos concorrentes ao 1º Prêmio Economia Mineira pode ser conferida no *site* do Diário do Comércio: *diariodocomercio.com.br*. ***(*Estagiário, sob supervisão da edição)***

"O Vendedor de Sonhos"

Sucesso de público, a peça "O Vendedor de Sonhos" retorna a Belo Horizonte neste sábado (17) e domingo (18). O espetáculo, uma adaptação do best-seller para o palco que é do próprio autor Augusto Cury, já foi visto por mais de 250 mil pessoas em mais de 300 apresentações e será apresentado no Centro Cultural Unimed BH Minas (rua da Bahia, 2.244 – Lourdes). O elenco é formado por Mateus Carrieri, Milton Levy, Adriano Merlini, Fernanda Mariano, Bruno Sperança e Guilherme Carrasco. O livro "O Vendedor de Sonhos" já foi traduzido para mais de 60 idiomas e também virou filme – e é a primeira obra de Augusto Cury, um dos psiquiatras mais lidos no mundo atualmente – a receber uma adaptação para o teatro. Os ingressos podem ser adquiridos pela plataforma Sympla.



FOTO: DIVULGAÇÃO / CENTRO CULTURAL UNIMED-BH MINAS

Fórum Liberdade e Democracia

O Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte (IFL-BH) vai promover a 15ª edição do Fórum Liberdade e Democracia, o maior encontro de líderes da capital mineira, no dia 14 de agosto, no Sesc Palladium. Dez palestrantes de renome nacional e internacional já estão confirmados, atividades simultâneas, entre elas, palestras, *workshops*, sessões de autógrafos e oportunidades únicas de *networking*, irão proporcionar uma experiência única para os mais de 1,2 mil participantes do evento. O enfoque deste ano será o tema "Liberdade para prosperar" e, por isso, vai possibilitar uma ampla discussão sobre as políticas liberais e seu impacto na prosperidade econômica, política e social do País. A programação vai abordar assuntos voltados para o empreendedorismo, mercado, finanças e negócios e contará com grandes nomes do cenário nacional e internacional.

Luto na construção civil

Faleceu ontem (12), aos 95 anos, o fundador da M. Roscoe Engenharia, Maurício Roscoe, empresa que deixou um grande legado na construção civil do País e chegou a ter 6 mil colaboradores. Roscoe também foi presidente do Sinduscon-MG, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e da União Brasileira para a Qualidade (UBQ). Além desses cargos, foi vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e presidente do Conselho Econômico Econômico da entidade. Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre enterro ou velório do empresário.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067